



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURAS

***Funções Sintáticas Internas ao Grupo Verbal:
Operacionalização no Ensino do Português***

Maria da Luz Ferreira Rosinha

Orientação:

Professora Auxiliar com Agregação Maria do Céu Fonseca

Professora Auxiliar com Agregação Maria João Marçalo

Mestrado em Ciências da Linguagem e da Comunicação

Área de especialização: Estudos de Mudança e Variação
no Português

Évora, 2013



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA E LITERATURAS

***Funções Sintáticas Internas ao Grupo Verbal:
Operacionalização no Ensino do Português***

Maria da Luz Ferreira Rosinha

Orientação:

Professora Auxiliar com Agregação Maria do Céu Fonseca

Professora Auxiliar com Agregação Maria João Marçalo

Mestrado em Ciências da Linguagem e da Comunicação

Área de especialização: Estudos de Mudança e Variação
no Português

Évora, 2013

Índice

Agradecimentos	03
Resumo	04
Abstract	05
Abreviaturas	06
Símbolos	08
1. Introdução	09
2. Diferentes Tipos de Predicado	15
2.1. Verbo	19
2.2. Predicado	24
2.3. Predicado Verbal	26
2.4. Predicado Nominal	32
2.5. Predicado Verbo-nominal	36
2.6. Programa de Português e Conhecimento Explícito da Língua	40

3. Classificação do Verbo quanto à Predicação	42
3.1. Composição do Grupo Verbal	44
3.2. Ilustração da Distribuição do Predicado	47
3.3. Funções Sintáticas Internas ao Grupo Verbal/Predicado	51
4. Proposta de uma Hipótese Explicativa para a Distribuição do Predicado	58
4.1. Classes de Verbos estabelecidas em Função da Presença e Tipos de Complementos	69
5. O Ensino do Português e o Dicionário Terminológico	78
5.1 Importância do Dicionário Terminológico e do Programa de Português na Identificação e Classificação do Predicado/GV e seus Constituintes	83
5.2. Contributo do Dicionário Terminológico para a Identificação/Classificação das Funções Sintáticas Inerentes ao Predicado	87
6. Considerações Finais	89
7. Referências Bibliográficas	93
8. Referências Normativas	95

Agradecimentos

Para a realização desta dissertação foram vários os intervenientes que colaboraram direta e indiretamente, os quais merecem o meu reconhecimento e gratidão.

Este estudo resulta de um empenho individual, de um conjunto de esforços que o tornaram possível e sem os quais teria sido muito mais difícil chegar ao seu termo. Este facto representa um marco fundamental na minha vida pessoal e profissional.

Agradeço às minhas orientadoras, Professora Doutora Maria do Céu Fonseca e Professora Doutora Maria João Marçalo, pela dedicação, empenho, confiança, apoio e disponibilidade com que me orientaram, assim como pelas suas críticas, comentários, indicações de leituras e sugestões sempre oportunas.

Finalmente, agradeço à minha família, em especial ao meu marido José Maria e ao meu filho José Diogo pelo apoio prestado ao longo da realização deste trabalho.

O meu muito obrigado a todos os que de alguma forma me ajudaram nesta investigação!

Funções sintáticas internas ao grupo verbal: operacionalização no ensino do português

Resumo:

Nesta dissertação, pretende-se refletir sobre a noção de predicado, identificá-lo em diferentes frases, explicitar a sua composição e analisar a sua estrutura interna.

Estuda-se o comportamento do verbo na oração, a identificação e classificação de funções sintáticas internas ao grupo verbal e conseqüentemente a classificação de verbos quanto ao tipo de predicado. Analisa-se o modo como o programa da disciplina de português e o dicionário terminológico permitem aos alunos perceber a estrutura interna do predicado.

Investiga-se de que forma_ ESTES DOIS_ documentos base contribuem para o ensino do conhecimento explícito da língua, levando os alunos a refletir sobre a língua portuguesa, observando-a, classificando os dados e formulando generalizações sobre o modo como se pode compreender a estrutura interna do grupo verbal/predicado.

Syntactic functions internal to the verbal group: operationalization in the teaching of Portuguese

Abstract:

In this dissertation, we intend to reflect on the notion of predicate, identify it in different sentences, explain its composition and analyze its internal structure.

We study the behavior of the verb in the sentence, the identification and classification of syntactic functions internal to the verbal group and consequently the classification of verbs in the type of predicate. It analyzes how the syllabus of Portuguese and terminological dictionary allow students to understand the internal structure of the predicate.

It examines how these two basic documents contribute to the teaching of explicit knowledge of the language, leading students to reflect on the Portuguese language, observing it, classifying the data and making generalizations about how one can understand the internal structure group verbal/predicate.

Abreviaturas

Adv	Advérbio
Adj	Adjetivo
Adj Num	Adjetivo Numeral
CAP	Complemento Agente da Passiva
CD	Complemento Direto
CEL	Conhecimento Explícito da Língua
CI	Complemento Indireto
COBLÍ	Complemento Oblíquo
Det	Determinante
DT	Dicionário Terminológico
GADV	Grupo Adverbial
GADJ	Grupo Adjetival
GN	Grupo Nominal
GP	Grupo Preposicional
GV	Grupo Verbal
Loc	Locução
MOD	Modificador
N	Nome
NGP	Nomenclatura Gramatical Portuguesa
PPEB	Programa de Português do Ensino Básico
Pred	Predicado
Pred CD	Predicado do Complemento Direto
Pred Nom	Predicado Nominal
Pred Suj	Predicativo do Sujeito
Pred verbal	Predicado Verbal
Pred verbo-nominal	Predicado Verbo-nominal
Prep	Preposição
Pron	Pronome

Quant Exist	Quantificador Existencial
Quant Num	Quantificador Numeral
Quant Univ	Quantificador Universal
Suj	Sujeito
V	Verbo
VTD	Verbo Transitivo Direto
VTDI	Verbo Transitivo Direto e Indireto
VTI	Verbo Transitivo Indireto
VI	Verbo Intransitivo

Símbolos

→	constituído por
*	Frase agramatical

1. Introdução

O objetivo desta dissertação é estudar de forma tão sistemática quanto possível a noção de predicado, identificar diferentes tipos de predicado, classificar verbos, identificar as funções sintáticas internas ao GV e conseqüentemente sistematizar diferentes usos de alguns verbos em contextos diversificados, como os exemplos, que se seguem, ilustram (cf. Busse 1994):

1. Ele cantou vários temas conhecidos.
2. Ele cantou uma canção ao filho.
3. Ele cantou toda a noite.

4. A criança nasceu ao meio-dia.
5. Aos três meses, nasceu-lhe um dente.

6. Ele chora muito.
7. Ele chora lágrimas de alegria.

8. Ele põe a mesa.
9. Ele põe o copo na mesa.

10. Ele anda muito depressa.
11. Ele anda preocupado.

12. Ele foi simpático.
13. Ele foi à escola.

14. Ele considera os gelados deliciosos.
15. Ele considera o filme sem graça.
16. Ele considera a Rita um génio.

Descreva-se, de forma breve, o comportamento sintático destes verbos.

O verbo “cantar” é tradicionalmente considerado transitivo, seja direto (1.), ou direto e indireto (2.); no entanto, também pode ser usado intransitivamente (3.). O verbo “nascer” é utilizado geralmente como intransitivo (4.), ainda que também possa ter uso transitivo direto e indireto (5.). Normalmente, o verbo “chorar” considera-se intransitivo (6.), podendo, porém, surgir como transitivo direto (7.).

Estes três verbos exibem um comportamento similar, já que admitem o uso intransitivo, com a presença ou não de modificadores, embora a tradição gramatical nem sempre assim os considere.

O verbo “pôr” é habitualmente tido por transitivo (8.) na gramática tradicional, podendo ser usado como transitivo direto e também indireto (9.). É um verbo que pode construir-se com um CD ou COBLÍ, admitindo uso intransitivo em casos como: “O homem põe e Deus dispõe.”; “A galinha põe diariamente.”. O verbo “andar” é considerado na gramática tradicional como intransitivo (10.); porém, pode ser usado como copulativo (11.). O verbo copulativo “ser”, acompanhado de predicativo do sujeito, designa-se nominal (12.), ao passo que “ir”, sendo significativo, seleciona complemento oblíquo, sendo o predicado classificado como verbal (13.). Pretendo, ainda, aludir ao comportamento sintático dos verbos transitivo-predicativos, no caso, o verbo “considerar”, cujo Pred do CD só se distingue por ser, ora um GADJ (14.), ora um SP (15.), ou ainda um GN (16.).

A principal motivação desta investigação é perceber como é constituído o GV, como é classificado o predicado, como se organizam os constituintes internos que integram esta função sintática, como é que um verbo pode ser classificado de diferentes formas, tendo em conta o contexto em que está inserido. Os constituintes selecionados pelo verbo alteram-se de acordo com os valores semânticos desse mesmo verbo, variando quanto ao número e propriedades dos argumentos que exige para que o seu significado seja atualizado.

Este trabalho tem como referência a gramática descritiva, orientada pelo Dicionário Terminológico (DT) de 2008, (<http://www.dt.dgidec.min-edu.pt>) e tem preocupações descritivas, pretendendo determinar regularidades existentes na língua.

Para o *corpus* desta investigação, recorro a exemplos maioritariamente construídos por mim e a frases apresentadas em gramáticas e/ou textos de escritores. As preocupações que presidem à elaboração deste *corpus* prendem-se, fundamentalmente, com as necessárias objetividade e exaustividade, ainda que, porque um *corpus* é sempre representativo, os exemplos apresentados sejam apenas uma amostragem do português europeu. Assim se visa

o estudo das funções sintáticas internas ao GV/predicado, com o objetivo de conseguir uma descrição linguística suficientemente representativa do fenómeno estudado.

Toma-se como referência as gramáticas apresentadas no PPEB (2009: 167), a saber: *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (1984) de L. Cintra e C. Cunha, *Gramática da Língua Portuguesa* de Mateus *et al.*, *Moderna Gramática Portuguesa* (1999) de Evanildo Bechara e *Gramática da Língua Portuguesa* (1999) de Mário Vilela.

Estas gramáticas, que estudam a língua portuguesa padrão nas suas múltiplas manifestações, reúnem a maior coletânea de assuntos gramaticais, contribuindo assim para um melhor e mais amplo conhecimento das estruturas linguísticas do português, ainda que descritas com base em princípios teóricos diferentes. Na medida em que o trabalho ora apresentado tem essencialmente propósitos didáticos, o estudo do predicado e das funções sintáticas internas ao GV que enceto a partir da minha experiência pedagógica, é enquadrado por estas gramáticas de referência e pela visão do Dicionário Terminológico, tendo-se embora consciência de que estas obras seguem escolas linguísticas filiadas, ora em correntes formalistas, ora em correntes da tradição europeia de tendência funcionalista (caso das obras de Evanildo Bechara e de Mário Vilela). Sendo certo que a conciliação de quadros teóricos diferentes nem sempre é evidente, procuro neste trabalho uma aplicação compósita de conceitos e um ecletismo legitimado pela perspectiva didática aqui visada.

Deste modo, depois de um capítulo introdutório onde apresento as coordenadas do trabalho, passo ao estudo do verbo, à investigação do predicado e dos seus diferentes tipos (verbal, nominal e verbo-nominal), no segundo capítulo. Aqui reflito sobre a forma como a competência do conhecimento explícito/funcionamento da língua surge nos Programas de Português para o Ensino Básico, Secundário Via Ensino e Secundário Profissional-Nível III. Esta competência é trabalhada em momentos autónomos da aula, recorrendo à reflexão sobre a estrutura e o funcionamento da língua. Um trabalho deste tipo constitui-se como uma condição indispensável para o uso e aperfeiçoamento da língua, está subjacente a todas as outras competências e possibilita aos alunos a aquisição, o desenvolvimento e o aprofundamento de aprendizagens sobre o predicado e as funções sintáticas internas ao GV.

No terceiro capítulo, apresento o conceito de predicação verbal, refiro a composição do GV, ilustrando a distribuição do predicado, bem como as suas funções sintáticas internas.

Proponho depois, no quarto capítulo, uma hipótese explicativa sobre a distribuição do predicado na língua portuguesa, sustentando que os constituintes que integram o GV desempenham papéis sintáticos em função da posição estrutural que ocupam, da natureza

categorial e temática dos argumentos internos, do tipo de verbo, das propriedades de seleção do predador, da regência e dependência lexical estabelecida entre os vários elementos da estrutura interna do predicado. A classificação do verbo é estabelecida em função da(s) relação(s) que o predador mantém com os constituintes que o compõem. Critérios sintáticos, semânticos, pragmáticos e morfológicos podem ser utilizados em exclusivo ou em complementaridade para a classificação do verbo consoante os complementos/modificadores que seleciona ou não na frase. De seguida, reflito sobre as diferentes regências e possíveis estruturas sintáticas que um verbo pode assumir em diversas frases. Concluo o capítulo, referindo a importância do(s) significado(s) que o verbo pode assumir no contexto em que está integrado e das múltiplas possibilidades que tem de se combinar ou não com complemento(s)/predicativo(s)/modificador(es).

No quinto capítulo, detenho-me na importância e contributo do DT para o ensino do português, no que se refere à identificação e classificação do verbo/GV/Predicado e suas funções sintáticas internas. O programa de português do ensino básico, do ensino secundário regular e do ensino secundário profissional considera que o CEL/funcionamento da língua deve ser encarado como uma competência autónoma, que tem que ser trabalhada sem estar dependente de outras competências. O estudo do CEL, no 3º ciclo, e do funcionamento da língua, no ensino secundário, contribuem para o aperfeiçoamento dos desempenhos nas outras competências, permitindo aos alunos melhorar as suas aprendizagens, aperfeiçoando e diversificando o uso da língua.

Tendo a terminologia linguística para o ensino básico e secundário (que substituiu a Nomenclatura Gramatical Portuguesa de 1967) sido revista e adaptado no DT, este instrumento de trabalho *online* permite recorrer a uma terminologia especializada capaz de descrever os factos linguísticos com rigor e tornou-se uma referência para o ensino do português. Encontra-se estruturado em cinco domínios, organizados em subdomínios, onde os diferentes termos estão hierarquizados com explicitação dos conceitos gramaticais necessários à compreensão do funcionamento da língua, neste estudo em concreto, do verbo/GV/predicado. Os alunos apercebem-se de que a língua pode ser observada, descrita e compreendida. Promovi atividades de descoberta e reflexão, levando-os a observar os dados linguísticos, a estabelecer hipóteses, a validá-las, a formular regras, a chegar a generalizações. Tive em conta o conhecimento intuitivo que têm da língua para a sistematização dos seus princípios e regras de funcionamento.

Os programas de português do ensino básico, do ensino secundário regular e do ensino secundário profissional apontam para o uso dos mesmos termos gramaticais, com rigor e exatidão, ao longo dos diferentes ciclos de ensino, promovendo uma aprendizagem mais eficaz. Em suma, o DT contribui decisivamente para a descoberta de regras e princípios gerais da língua, no que se refere à identificação, constituição e classificação do verbo como núcleo do GV, do predicado e suas funções sintáticas internas.

O sexto capítulo é de considerações finais. Foi fundamental identificar o verbo em diferentes frases, explicitar a composição dos diferentes grupos verbais que integram o predicado, desenvolvendo um conhecimento reflexivo e sistematizado sobre predicação verbal, sendo esta o resultado da ligação que se estabelece entre o sujeito e o verbo e entre este e o(s) seu(s) complemento(s). Concentrei este estudo na identificação e classificação do verbo, nos tipos de predicado, na identificação e classificação das funções sintáticas internas ao GV, propondo uma hipótese explicativa sobre a sua constituição/classificação, bem como sobre as funções sintáticas dos constituintes que o integram. Sublinho a importância da terminologia proposta no DT, no sentido de facilitar a aprendizagem, permitindo o recurso a conceitos mais rigorosos de modo a que todos utilizem a mesma metalinguagem, conseguindo melhorar os seus conhecimentos, no que respeita ao predicado e às funções sintáticas internas ao GV.

Para concluir esta introdução, diria, com Maria José Ferraz (2007: 20), que:

Se por **aprender** se entende “tomar conhecimento de alguma coisa através do estudo”, o étimo de **aquisição** remete para “acrescento, aumento, o que se acrescenta ao que se tem”. E o que se tem são conhecimentos necessários para que outros se lhe acrescentem.

O que resulta do ensino da língua é um aumento da competência linguística, confinada primeiro à competência de comunicação oral e alargada depois, através dos vários níveis de ensino, às outras competências que, no seu conjunto, a integram.

Estou ciente de que a aprendizagem e a aquisição de novos conhecimentos preparam os alunos para descobrirem aspetos fundamentais da estrutura e do funcionamento da língua, a partir de situações de uso, recorrendo à reflexão e ao treino, formulando regras, encontrando regularidades. A competência do CEL trabalhada de forma autónoma permite tornar explícitos os conhecimentos gramaticais que os alunos já trazem quando ingressam no 1º ciclo, sendo estes desenvolvidos/aprofundados nos ciclos seguintes e no ensino secundário. Assim se pretende contribuir para o aperfeiçoamento dos seus desempenhos pessoais na produção e receção de enunciados escritos e orais, mobilizando o conhecimento

reflexivo e sistematizado para resolver diferentes problemas que se lhes colocam na comunicação verbal.

2. Diferentes Tipos de Predicado

O estudo dos diferentes tipos de predicado leva os alunos a consolidarem o CEL, a aumentarem a autoconfiança na comunicação para maior fluência na expressão e para uma perspetivação diferente no mundo refletido na língua. Todo o falante possui um conhecimento implícito da sua língua materna, cuja análise permite uma reflexão sobre a sua organização sintática, nomeadamente no que respeita ao grupo verbal, que constitui o núcleo da frase, e à função sintática de predicado, assuntos de que se ocupa esta dissertação.

Existe uma infinidade de possibilidades de combinação das palavras para formar frases, exercício que realizei com os meus alunos. Obtivemos resultados bastante diversos: algumas *não-frase*¹, seguindo-se aqui o princípio de que “O erro faz parte integrante do processo de aprendizagem do aluno e, quando trabalhado, constitui um factor de desenvolvimento” (Sousa 2011: 142); outras, frases muito diferentes em termos de extensão, da ordem por que se dispõem as palavras e do significado que adquirem. No entanto, apesar desta diversidade, existem princípios que regulam a formação de frases, como diz Bechara referindo-se embora a uma outra unidade linguística: “Os enunciados apresentam diferentes formas de constituição, de acordo com o que se quer transmitir, existindo traços comuns” (1999: 406). O conceito de frase (cf., a este respeito, Silva 2009: 38-43) é muito abrangente e pode incluir estruturas linguísticas muito simples, que em determinadas situações são suficientes para transmitir um conteúdo claro, como, por exemplo:

1. Viva!

2. Anda.

As frases também podem ser constituídas por estruturas mais complexas, organizando-se a partir de um ou mais verbos:

3. Hoje, os homens vivem numa sociedade muito complexa, cheia de problemas, ansiedades e desgraças que os afligem e poderão melhorar os seus comportamentos e atitudes se estiverem mais tranquilos, aproveitando o que a vida tem de melhor.

¹ A título de exemplo: *O João recebeu ao presente.

*A Maria acusou em irmão de não fazer os trabalhos de casa.

Na comunicação diária, os falantes utilizam frases diversas, com diferentes estruturas e em contextos diversificados para exprimir linguisticamente experiências vividas. A frase é uma unidade linguística que contém, pelo menos, um verbo e que descreve uma situação. Tipicamente é uma sequência de palavras em que ocorre a combinação de um sujeito e de um predicado:

4. O João nasceu.

Suj Pred

Uma frase distingue-se de um enunciado que, correspondendo a uma sequência comunicativa, pode ser constituído por uma frase (contendo um verbo) ou por uma qualquer expressão comunicativa². Quando a frase é usada num contexto de comunicação concreto, fala-se em enunciado, tratando-se de um ato de comunicação efetivo, que pode conter ou não um verbo. Um enunciado é interpretado, de um ponto de vista exclusivamente linguístico, em função da combinação dos significados das palavras que o constituem, de marcadores de tempo, aspeto e modalidade, da situação de comunicação, dos intervenientes, do contexto sociocultural, entre outros. Já a frase é uma estrutura organizada de palavras que contém uma predicação verbal, isto é, a atribuição de propriedades a uma entidade ou uma relação entre entidades. A frase contém sempre um sujeito e um predicado. Assim, frase e enunciado não são, na verdade, conceitos sinónimos, embora possam ser usados para referir sensivelmente a mesma realidade linguística, como aqui se fará.

Nesta dissertação, são objeto de análise frases/enunciados que contenham sempre uma forma verbal com a função sintática de predicado; interessa-me refletir sobre os diferentes usos desta função sintática, sistematizando-os e identificando os constituintes que integram o GV, em vista de regularidades.

De acordo com M. C. Fonseca (2012: 27), toda a análise sintática é “necessariamente uma descrição de escolhas³ pragmáticas”. Quando os falantes usam a língua, fazem-no para designar realidades do universo extralinguístico. O conteúdo proposicional de uma frase ou enunciado é o valor semântico que resulta da relação que se estabelece entre um predicator

² Sobre os conceitos de “frase” e “enunciado”, veja-se, por exemplo, Vilela (1992: 29-31; 1999: 289-291).

³ “A operacionalização do conceito de escolha em situações de discurso concretas implica que o estudo do funcionamento da língua não pode ser feito fora dos propósitos do seu uso” (Fonseca 2012: 27).

(geralmente uma forma verbal) e os seus argumentos (os constituintes com conteúdo referencial que lhe completam o significado).

Como já referido atrás, neste estudo tenho presente a gramática tradicional⁴, dita normativa, e a descrição científica do funcionamento da língua (gramática descritiva); pretendo investir em descrições adequadas da gramática do português, capitalizando as regularidades e tendo presente o grau de desenvolvimento linguístico dos alunos.

Já no século XVI, o nosso gramático João de Barros definia gramática como (1971: 293):

(...) vocábulo grego: quer dizer, ciência de letras. E, segundo a definição que lhe os Gramáticos deram, é um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos.

Está em questão uma gramática normativa, isto é, um conjunto de regras que garantem o uso da língua e estabelecem padrões de correção e incorreção para as diferentes formas da língua.

Já para Mário Vilela a gramática tem em consideração a descrição da língua como construção e como sistema de regras subjacentes ao funcionamento da língua. Lindley Cintra e Celso Cunha procuraram realizar uma descrição do português atual na sua forma culta (1984: XIV):

Trata-se de uma tentativa de descrição do português actual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias.

Na *Gramática da Língua Portuguesa* de Mateus *et al.*, a gramática tem como principal objetivo descrever o modo como a língua funciona, não se pretendendo regular o “bom” uso, mas determinar como se organizam e distribuem os vários elementos que ocorrem nos vários níveis de língua. A gramática descritiva investe assim na descrição científica do conhecimento explícito da língua.

⁴ “Sem problematizar o assunto, consideram-se as seguintes linhas de orientação no conceito de «gramática tradicional»: herança greco-latina e tratamento gramatical sob a dependência da lógica clássica e aristotélica, bem visível na teoria das partes do discurso e na dicotomia frásica *sujeito/predicado*; tipificação gramatical assente em critérios heterogêneos de natureza formal, semântica e funcional; atitude normativa perante o uso da língua. Como se sabe, os movimentos estruturalistas europeus e americanos abriram campo a uma vasta discussão teórica em torno destes princípios metodológicos da gramática tradicional, ainda hoje reequacionados no quadro de uma tipologia gramatical, que visa distinguir a gramática antiga da gramática escolar e da gramática científica” (Marçalo 2009: 33).

Este trabalho orientar-se-á de acordo com esta forma de descrever cientificamente os fenómenos da língua.

2.1. Verbo

Etimologicamente, “verbo” (do lat. *verbu-*) significa “palavra, termo, expressão”; o sentido gramatical entretanto adquirido na história da gramática da língua, nomeadamente no estudo das partes do discurso, foi responsável pela importância sintática que hoje se lhe atribui. O estudo desta classe de palavras representou um passo decisivo para a obtenção de um desempenho linguístico mais satisfatório e o conhecimento do seu comportamento sintático é indispensável para a produção, compreensão e análise de textos. Note-se, a este respeito, a conceção de João de Barros (1971: 293):

(...) e como pera o jogo do enxedrez se requerem dous reies, um de ãa cor e outro de outra, e que cada um deles tenha suas peças póstas em cásas próprias e ordenádas, com leies do que cada ãa déve fazer (segundo o ofiço que lhe foi dádo): assi todalas linguágens tem dous reis, diferentes em género, e concórdes em ofiço: a um chamam Nome e ao outro Vérbo.

No contexto deste trabalho, realizei com os meus alunos exercícios que mostravam que o verbo é a palavra que recebe a flexão pela presença do sujeito num determinado contexto que permite a mudança de tempo e/ou pessoa. Quando surgiram dúvidas sobre a identificação desta classe de palavras, foi possível aplicar um teste muito simples para a identificar, substituindo-a por uma outra do mesmo paradigma com idêntico comportamento sintático. É claro que definir o verbo como palavra que exprime ações, estados e fenómenos (tal a conceção tradicional e normativa), não basta para caracterizar esta classe de palavras, nem para a individualizar, pois as classes gramaticais de adjetivos e nomes também podem expressar o mesmo. Mais importante é o seu comportamento sintático em termos do desempenho da função predicativa. Na *Gramática de Língua Portuguesa*, os verbos são “nas línguas naturais, as palavras predicativas por excelência” (Duarte 2003: 183). Assim, o verbo é imprescindível à construção de frases, à combinação de elementos interligados numa estrutura, de acordo com as regras (gramática) da língua, como Bechara refere (1999: 408):

A oração se caracteriza por ter uma palavra fundamental que é o *verbo* (ou sintagma verbal) que reúne, na maioria das vezes, duas unidades significativas entre as quais se estabelece a *relação predicativa* – o *sujeito* e o *predicado*.

A relação predicativa organiza-se entre o sujeito e o predicado, existindo marcas formais de concordância de pessoa e número entre estas duas funções sintáticas essenciais à construção frásica mais comum na língua portuguesa. Ao identificar o sujeito de uma frase, identifica-se também o respetivo predicado. Neste sentido, propus aos meus alunos refletir sobre a identificação, constituição e classificação do verbo/GV/predicado. Tomando como exemplo as seguintes frases, podemos observar que, como Bechara demonstra (1999: 408), o verbo é o único constituinte indispensável à gramaticalidade das frases:

5. Eu brinco no parque no domingo à noite.
6. *Eu no parque no domingo à noite.
7. Eu brinco no parque no domingo.
8. *Eu no parque ao domingo.
9. Eu brinco no parque.
10. *Eu no parque.
11. Eu brinco.
12. Brinco.

É nestes termos que o verbo, no desempenho da função predicativa, é entendido como elemento irreduzível da frase. Para L. Cintra e C. Cunha é (1984: 377):

1. (...) uma palavra de forma variável que exprime o que se passa, isto é, um acontecimento representado no tempo. (...)
2. O VERBO não tem, sintacticamente, uma função que lhe seja *privativa*, pois também o SUBSTANTIVO e o ADJECTIVO podem ser núcleos do predicado. Individualiza-se, no entanto, pela *função obrigatória* de predicado, a única que desempenha na estrutura oracional.

Quanto à sua classificação, o verbo, enquanto predicado verbal, é apresentado pelos mesmos autores como **intransitivo** se ‘a acção não vai além do verbo’; é **transitivo** se o verbo ‘exige certos termos para completar-lhe o significado’. O verbo transitivo pode ser classificado como **transitivo direto** ‘se a acção expressa se transmite a outros elementos directamente, sem o auxílio de preposição. O termo da oração que lhe integra o sentido recebe o nome de objecto directo’; **transitivo indireto** ‘se a acção expressa se transmite a outros elementos indirectamente, por meio da preposição *a*. O termo da oração que completa

o sentido do verbo denomina-se objeto indireto' e **transitivo direto e indireto** se 'requere simultaneamente objecto directo e indirecto para lhe completar o sentido' (1984: 137-138).

De acordo com Mário Vilela, há uma generalidade de traços comuns à categoria do verbo, que (1999: 61):

- a) determina, como predicado, o mínimo actancial;
- b) ordena temporalmente, com a ajuda do "tempo", o estado de coisas implicadas no seu significado;
- c) exprime, por meio do "modo", a atitude do falante quanto aos valores atribuídos ao enunciado;
- d) indica, por meio da "voz" (=género) uma determinada perspectivação do acontecer verbal: perspectivado a partir do "Agente" (=activa), a partir do "Paciente/Afectado/Efectuado" (passiva) distanciando-se do "Agente", ou nem uma coisa nem outra (voz média);
- e) distribui, por meio da posição do verbo na frase, os "campos" frásicos;
- f) por meio da concordância entre sujeito e predicado verbaliza linear e discursivamente a frase gramatical:
- g) por meio do "aspecto" (Aktionsart) determina o de curso (=tempo interno) do acontecer interno) do acontecer verbal: durativo, realizado, limitado, ilimitado, transicional, etc.

Segundo o mesmo autor, os verbos classificam-se como (1999: 62-67):

- verbos de acção/actividade - são aqueles em que a "processualidade" tem como ponto de partida um "Agente", implicam um "fazer".
- verbos de processo - são os verbos que designam mudança nas entidades às quais os verbos se aplicam e implicam um "passar-se com".
- verbos de estado - são os verbos com que se configura verbalmente a duração de um ser, a permanência de um estado, sem que, com isso, se implique a completa imutabilidade.
- verbos durativos ou imperfectivos - implicam "duração".
- verbos perfectivos - exprimem o limite de um acontecer ou a passagem de um acontecer para outro.

Para além disso, numa frase podem existir um ou mais verbos integrando o predicado, designados por verbos principais e auxiliares (segundo Vilela, verbos plenos e auxiliares, respetivamente (1999: 67)), visível nos seguintes exemplos:

13. Os alunos compram livros

Verbo principal

14. Os alunos têm comprado livros.

Verbo auxiliar + Verbo principal

Evanildo Bechara, autor já citado, entende por verbo ‘a unidade de significado categorial que se caracteriza por um molde pelo qual [se] organiza o falar’ (1999: 209).

O DT apresenta o verbo como uma “palavra pertencente a uma classe aberta de palavras que se flexiona em tempo, modo, pessoa e número e que constitui o elemento principal do grupo verbal”. Seguindo-se, neste estudo, como já referido, a perspectiva do DT, entende-se que o verbo é o constituinte que, exprimindo eventos, processos ou estados, os situa no tempo, organizando a estrutura da(s) frase(s) em que ocorre. Insisto, por isso, que o verbo é um constituinte fundamental, o elemento essencial da análise sintática e semântica da frase. Também para M. C. Fonseca, o verbo é o elemento nuclear da frase (2012: 48):

Visando-se fundamentalmente funções sintáticas, interessam os sintagmas do tipo *John ran away*, isto é, com um verbo em forma finita que constitui o núcleo da frase, concepção na linha da gramática de dependências de Lucien Tesnière, que tem no verbo o centro dinâmico da estrutura frásica. Na verdade, esta concepção de que a cadeia de relações estabelecidas na frase está centrada no verbo é comum a todas as tendências da sintaxe estrutural de tradição europeia.

O modelo de gramática de dependências, construído em torno do conceito de valência⁵, perspectiva uma estruturação hierarquizada dos elementos que compõem a frase, sendo que o núcleo, elemento central, é o verbo que funciona como regente e é hierarquicamente superior, do qual dependem outras palavras que são regidas. Quando os elementos estabelecem relações fortes com o seu núcleo designam-se por actantes ou dependentes da valência, isto é, são complementos que dependem do verbo, que preenchem os lugares vazios previstos pela sua estrutura semântico-sintática e podem ser obrigatórios ou facultativos. Se não criam dependências com o núcleo, designam-se por circunstantes, ou complementos livres. Conforme Mário Vilela (1992: 31):

A valência é assim a propriedade de um elemento exigir, permitir, excluir complementos específicos. Aos complementos específicos chamamos actantes, aos não específicos, circunstantes.

A valência permite estabelecer os modelos frásicos para cada verbo ou grupo de verbos, indicando os argumentos ou complementos possíveis de cada verbo.

A gramática de valências propõe assim um modelo de análise linguística em que a análise semântica é privilegiada, pelo que qualquer análise sintática do verbo não pode ser encarada sem a sua dimensão semântico-funcional e semântico-denotativa.

⁵ Segundo Mário Vilela é a “capacidade de as palavras estabelecerem, com base no seu significado léxico, determinadas relações com outras palavras” (1999: 34).

Para Duarte (2003: 295-316), o verbo é integrado em subclasses de acordo com os possíveis padrões de organização sintática das frases em português (2003: 295-296):

O esquema relacional de cada frase depende das propriedades do verbo presente na mesma. Ora na classe dos verbos podem distinguir-se três grandes subclasses, com base nas propriedades de selecção categorial e semântica de cada item lexical verbal: a subclasse dos verbos **principais**, a subclasse dos verbos **copulativos** e a subclasse dos verbos **auxiliares**.

No quarto capítulo, abordarei mais detalhadamente a classificação de verbos quanto à subclasse a que pertencem, tomando em consideração o número de argumentos do predicador, a função sintática que desempenham, a presença de “predicador(es) secundário(s)” e por último a ordem pela qual ocorrem complementos e modificadores do GV na frase.

Em síntese, o verbo possui traços morfossintáticos que o distinguem das demais classes gramaticais e sintaticamente constitui o elemento irreduzível da frase.

2.2. Predicado

Predicado deriva do latim *praedicare* (“proclamar”), que designa a função sintática desempenhada pelo GV, isto é, verbo ou complexo verbal, ou o verbo e os seus complementos e/ou modificadores. Na gramática tradicional, o predicado designa o sintagma responsável pela atribuição de uma dada propriedade a uma entidade e pelo estabelecimento de uma relação entre sintagmas dentro de uma frase. O predicado é o núcleo da frase, ao qual se podem associar outros sintagmas obrigatórios ou facultativos; é constituído por um predicador que seleciona complementos ou não e por argumentos que são os complementos selecionados e regidos pelo predicador. A gramática normativa costuma atribuir a função de predicador quase sempre ao verbo, que seleciona ou não os seus complementos, formando o predicado.

Na *Gramática da Língua Portuguesa*, o predicado é definido por Inês Duarte como o constituinte ou sequência de constituintes formado pelo predicador e pelo(s) seu(s) argumento(s) interno(s) (2003: 278):

De um modo geral, uma oração coincide com uma frase simples e, neste caso, o predicado inclui pelo menos um elemento verbal (...):

- (2) (a) [O miúdo] *comeu um gelado*.
(b) [O miúdo] *tinha troçado do irmão*.

Em (2a), o predicado é constituído pelo predicador verbal (= *comeu*) e pelo seu argumento interno (= *um gelado*); em 2b, o predicado inclui, para além do predicador verbal (= *troçado*) e do seu argumento interno (*do irmão*), o verbo auxiliar (= *tinha*), que introduz um valor têmporo-aspectual.

Também Evanildo Bechara considera que toda a relação predicativa que se estabelece na oração tem por núcleo um verbo. Como já referi, Vilela (1999: 71-72) considera que efetivamente existem diferentes tipos de verbos transitivos. Para este autor, o predicado verbal forma-se com um verbo transitivo direto, transitivo indireto ou transitivo direto e indireto, transitivo adverbial, intransitivo. De acordo com o DT, predicado é tudo aquilo que se declara acerca do sujeito, incluindo o GV (verbo e seus complementos) e os seus modificadores.

No subdomínio de sintaxe (B 4.3.2.), define-se predicado como:

A função sintáctica desempenhada pelo grupo verbal (unidade sintáctica constituída por um núcleo, que é o verbo, e os seus complementos [directo, indirecto, preposicional ou adverbial desse verbo]) e pelos modificadores do grupo verbal (função sintáctica desempenhada por constituintes opcionais, não seleccionados pelo grupo verbal).

O predicado contém o(s) verbo(s) referente(s) ao sujeito, podendo apresentar-se como predicado verbal, nominal ou verbo-nominal. Ao longo dos tempos, esta classificação sofreu alterações que referirei adiante.

2.3. Predicado Verbal

O predicado verbal é o que apresenta um verbo como núcleo significativo, que indica uma ação. Este é formado por verbos transitivos e intransitivos, como nos seguintes exemplos:

15. O professor comprou um livro.

VTD
Pred

16. O menino vai à escola.

VTI
Pred

17. O aluno obedeceu ao professor.

VTI
Pred

18. O menino deu uma flor à mãe.

VTDI
Pred

19. A torre caiu.

VI
Pred

Quando os alunos identificam o predicado e o classificam têm de verificar se o núcleo é um verbo, se os constituintes que o formam se referem apenas ao verbo (e, eventualmente, também ao sujeito), como em todos os exemplos supracitados. Nestes enunciados, o respetivo predicado é constituído pelo verbo ou núcleo significativo e por argumentos internos que podem ser um GN ou GP ou ambos.

Assim, o predicado verbal apresenta como características: ter um verbo como núcleo, indicar uma ação e não possuir predicativo do sujeito, como em mais estes exemplos:

20. Os assaltantes revelaram toda a verdade sobre o assalto.

Pred Verbal

21. O gato adormeceu.

Pred Verbal

22. Hoje, nevou muito.

Pred Verbal

23. O sumo foi bebido pelo João.

Pred Verbal

Nestas frases, o núcleo do predicado é um verbo significativo que traz em si uma ideia de ação.

Para André Eliseu, o predicado verbal é (2008: 57):

(...) formado pelo verbo, pelos seus complementos e modificadores. Os complementos são expressões seleccionadas pelo predicador verbal e que dele recebem uma interpretação. A interpretação dos complementos, que se designa **função semântica**, depende das propriedades dos verbos.

É essencial que os alunos compreendam que o verbo principal é que determina a presença ou não de sujeito e/ou complementos, bem como a sua natureza categorial. Assim, nos exemplos seguintes:

24. Os jovens comem bolos.

CD

Pred Verbal

25. Os jovens correm.

Pred Verbal

Na frase (24.), o predicado é composto pelo verbo e CD; é um verbo transitivo, que seleciona um complemento que lhe completa o sentido, ao passo que na frase (25.), o predicado é constituído apenas pelo verbo, classificando-se como intransitivo, não selecionando complementos à sua direita.

A distinção entre verbos transitivos e intransitivos não é absoluta, visto que, por um lado, verbos naturalmente transitivos são, por vezes, usados intransitivamente e, por outro lado, determinados verbos intransitivos podem ter comportamento transitivo. O objeto de estudo desta dissertação são frases como (26.) e (27.), em comparação com os exemplos (24.) e (25.) respetivamente:

26. Os jovens só comem.

Pred Verbal

27. Os jovens correm a cidade de ponta a ponta.

CD

Pred Verbal

Na frase (26.), o predicado é constituído pelo verbo “comer” usado intransitivamente, enquanto na frase (24.), o mesmo verbo está a ser usado transitivamente. De forma análoga, o verbo “correr” em (25.), é um verbo intransitivo, enquanto em (27.) surge como transitivo, sendo o predicado composto pelo verbo e o CD. O contexto em que o verbo ocorre é muito importante para a análise da língua, para a identificação do tipo de predicado e para a classificação do verbo. A gramática tradicional/normativa falava apenas de verbos transitivos, intransitivos e de ligação. Como já referido, de acordo com Cintra e Cunha (1984: 136-138), o predicado verbal tem como núcleo um verbo significativo, podendo ser classificado como transitivo (direto, indireto, direto e indireto simultaneamente) e intransitivo. Recorde-se que também Mário Vilela (1999: 71-72) refere que o predicado verbal se forma com verbos transitivos diretos, indiretos, diretos e indiretos, adverbiais e intransitivos. Para Bechara, o predicado de uma oração pode ser “simples ou complexo,

conforme o conteúdo léxico do verbo que lhe serve de núcleo” (1999: 414). Acrescente-se que há verbos “cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica”. Para expressar determinada realidade é necessário delimitar a extensão semântica “mediante o auxílio de outros signos léxicos adequados à realidade concreta” (*Id., ib.:* 414). Refere ainda que os verbos que necessitam dessa delimitação semântica designam-se por transitivos; por intransitivos, os que “apresentam significado lexical referente a realidades bem concretas não necessitam de outros signos léxicos, como fazem os que integram predicados complexos. (...) [referindo] então, que o predicado é *simples*. A tradição gramatical chama *intransitivos* a tais verbos” (1999: 415).

Determinados verbos podem ser utilizados transitivamente e intransitivamente, quando a extensão significativa do verbo “aponta para um termo geral”; por outro lado, certos verbos geralmente transitivos, quando são utilizados de modo intransitivo, podem alterar o seu sentido. Segundo o mesmo autor, “a oposição entre [verbo] transitivo e [verbo] intransitivo não é absoluta, pertence mais ao léxico do que à gramática” (*Id., ib.:* 415). Para Bechara não existe necessidade de distinguir predicado verbal de predicado nominal, nem predicado verbo-nominal, pois do ponto de vista funcional e formal todos os verbos funcionam da mesma forma, variando em número, pessoa, tempo e modo.

O DT diz-nos que podemos ter verbos transitivos diretos, indiretos, diretos e indiretos, intransitivos e copulativos. Reitera-se que o verbo pode ser classificado como transitivo se selecionar um complemento que lhe completa o sentido. Se esse complemento for direto, o verbo designa-se transitivo direto, se for indireto ou oblíquo classifica-se com transitivo indireto, se for um complemento direto e outro indireto ou oblíquo classifica-se como transitivo direto e indireto. Designa-se por intransitivo o verbo que não seleciona complementos obrigatórios.

Sintaticamente, um verbo pode selecionar diferente(s) complemento(s) para atualizar o seu significado, podendo assumir várias regências⁶ para exprimir diferentes sentidos:

28. O juiz atua na área da sua jurisdição.

29. O remédio atua sobre o fígado.

30. A polícia atua contra a droga.

⁶ Relação que um verbo estabelece com os seus complementos e modificadores.

Pode reger diferentes preposições, mantendo-se o significado básico:

31. A doença alastra pela aldeia.

32. A doença alastra na aldeia.

Uma mesma regência pode implicar significados diversos:

33. O candidato acabou por admitir o seu erro.

34. O candidato acabou por cair das escadas.

A análise da transitividade verbal é feita tendo em conta o contexto e não os constituintes isolados. É a relação de dependência que se estabelece entre o verbo e o seu(s) complemento(s), isto é, o termo regido completa a significação do termo regente, existindo uma dependência gramatical. Neste âmbito, refletir sobre a regência exigida por alguns verbos, permite aos alunos ampliar a sua capacidade expressiva, oferecendo-lhes oportunidades de conhecerem as diversas significações que um verbo pode assumir em diferentes frases. É fundamental conhecer o contexto sintático em que o verbo ocorre, os constituintes que rege. Para Duarte (2000: 70-71):

(...) *amar* e *gostar* são palavras que pertencem à categoria verbo e que têm significados muito próximos; contudo, enquanto *amar* se constrói com duas expressões nominais, que terão as funções sintáticas de sujeito e de objecto directo, como no exemplo (2a), *gostar* constrói-se com uma expressão nominal, que terá a função de sujeito, e com uma expressão preposicional, que terá a função oblíqua de objecto preposicionado, como em (2b):

- (2) (a) O João ama a Maria.
(b) O João gosta da Maria.

A nossa rejeição de sequências como (3) deve-se ao facto de sabermos intuitivamente que, nestas expressões, as condições sobre o contexto categorial impostas por *amar* e *gostar* não estão satisfeitas:

- (3) (a) *O João ama da Maria.
(b) *O João gosta a Maria.

O significado do verbo decorre do seu uso em contextos determinados. Torna-se essencial conhecê-lo, utilizando-o de acordo com o que se quer transmitir, as suas propriedades de subcategorização, de seleção semântica e as restrições de seleção que impõe

aos seus argumentos. No quarto capítulo, reflete-se sobre estas questões, nomeadamente a noção de regência verbal.

Em síntese, olhar para o predicado verbal permite refletir sobre a sua estrutura em diferentes frases, levando os alunos a identificar e compreender o tipo de predicado, as funções sintáticas internas que o constituem. Partindo dos dados da língua, estes encontram regularidades, analisam várias frases, percebem os diferentes usos de alguns verbos na comunicação diária.

2.4. Predicado Nominal

O predicado nominal é o predicado que apresenta um adjetivo / um nome / um pronome um grupo preposicional ou uma oração como núcleo significativo; é formado por um verbo copulativo ou de ligação e o predicativo do sujeito.

O núcleo do predicado nominal é o predicativo do sujeito, como se pode observar nos exemplos abaixo:

35. A menina é simpática.

Pred nom

36. A Joana é minha irmã.

Pred nom

37. Ele é o primeiro classificado.

Pred nom

38. O CD é meu.

Pred nom

39. O aluno está em dificuldades.

Pred nom

40. O importante é que todos os alunos tenham êxito.

Pred nom

No exemplo (35.), o adjetivo “simpática” refere-se ao sujeito da oração, tal como na frase (36.) o sintagma “minha irmã” predica o sujeito; na frase (37.), o adjetivo numeral “primeiro” refere-se ao sujeito “Ele”; no exemplo (38.), o pronome “meu” liga-se ao sujeito “O CD”, enquanto no exemplo (39.), o GP “em dificuldades” determina o sujeito “O aluno”, e em (40.) a oração “que todos os alunos tenham êxito” predica o sujeito “O importante”.

Estes são os núcleos dos predicados das seis frases. O verbo liga o predicativo do sujeito ao sujeito da oração, por meio de um verbo copulativo.

Em síntese, o predicado nominal tem como núcleo um nome (nome/adjetivo/pronome/grupo preposicional/oração), é formado por um verbo copulativo ou de ligação e pelo predicativo do sujeito, que pode indicar uma qualidade, um grau, uma ordem, posse ou um estado. Segundo Cintra e Cunha (1984: 133-134), o predicado nominal é formado por um verbo de ligação e o predicativo. O verbo de ligação pode expressar: “estado permanente”, “mudança de estado”, “continuidade de estado” e “aparência de estado”. Consideram ainda os mesmos autores que os verbos de ligação (ou copulativos) “servem para estabelecer a união entre duas palavras ou expressões de caráter nominal. Não trazem propriamente uma ideia nova ao sujeito; funcionam apenas como elo entre este e o seu predicativo” (1994: 134). Para Duarte, o predicado nominal, após análise dos exemplos apresentados em (3), tem o seguinte comportamento (2003: 278-279):

- (3) (a) [O miúdo] *está contente*.
(b) [O miúdo] *é filho do Pedro*.

Em (3), o predicado inclui um verbo predicativo (*está*, em (3a); *é*, em (3b)), para além de um predicador, adjetival em (3a) (=contente), e nominal em (3b) (=filho), seguido do seu argumento interno (=do Pedro).

Segundo a linguista, estas frases contêm uma dupla predicação: “predica-se o adjectivo ou a expressão nominal em posição pós-verbal acerca do sujeito e predica-se toda a expressão em itálico acerca do mesmo sujeito”. Considera ainda que (2003: 279):

(...) o adjectivo e a expressão nominal em itálico constituem os **predicadores** sintaticamente **secundários** das frases (3), sendo os verbos copulativos que nelas ocorrem os **predicadores** sintaticamente **primários**. Na tradição gramatical luso-brasileira os predicados deste tipo são denominados **predicados nominais**. A relação gramatical dos predicadores (sintáticos) secundários em frases copulativas é a de **predicativo do sujeito**.

Para Bechara um pequeno grupo de verbos “integra o predicado complexo acompanhado de outro tipo de argumento verbal conhecido (...) por predicativo” (1999: 425). Estes verbos referem-se à realidade de forma vaga, fazendo do predicativo um argumento “portador de referência a traços essenciais do sujeito”. Este autor refere que do ponto de vista formal, excetuando a concordância do predicativo com o sujeito, há aspetos comuns entre o predicativo e CD (1999: 425):

- a) ambos matizam a extensão semântica do verbo, funcionando como seu delimitante;
- b) aparecem normal e imediatamente (sem preposição) à direita do verbo;
- c) são comutados por pronome átono, ainda que de maneira diferente, quando o verbo é *ser*, *estar*, *ficar*, *parecer*;
- d) e, finalmente, porque muitas das construções oracionais com predicativo são equivalentes na designação com verbos que exprimem ação e processo, especialmente se o verbo está no presente:

Pedro é cantor / Pedro canta;
O colega está irritado / O colega irrita-se.

Vários investigadores estudaram este tipo de construção frásica, mantendo ou não a distinção entre predicativo e CD. Evanildo Bechara refere que se justifica esta distinção devido à “concordância (quando representada por adjetivo e alguns pronomes) em género e número com o sujeito da oração”, à “possibilidade de comutação do predicativo pelo pronome invariável *o*, qualquer que seja o género e o número do núcleo do predicativo que substitui, quando o verbo é *ser*, *estar*, *ficar* e *parecer*”, à “impossibilidade de ser a oração com tais verbos construída na voz passiva, como ocorre com a que tem complemento direto” e, por último, à “incompatibilidade de aparecer com o seu representante invariável *o* na mesma oração” (*Id., Ib.:* 425-426). O verbo é determinado pelo tempo, modo e aspeto, sendo o predicativo o núcleo da predicação; segundo este gramático, do ponto de vista funcional e formal estes verbos “apresentam todas as condições necessárias à classe dos verbos, incluindo-se aí os morfemas de género, número, pessoa, tempo e modo”, pelo que não há necessidade de se fazer a distinção em diferentes tipos de predicado.

Um verbo pode ser utilizado de forma diferente conforme a realidade que se quer relatar. Veja-se o exemplo de Bechara (1999: 427):

- O tempo virou.* (usado num predicado simples, intransitivamente)
- O vento virou o barco.* (usado com predicado complexo, com o argumento complemento direto
o barco)
- O vizinho virou fera.* (usado com predicado complexo, com o argumento predicativo *fera*)

Para Joaquim Fonseca, o predicado nominal forma-se com um verbo de ligação seguido do predicativo do sujeito. No entender deste autor, existe entre estes segmentos uma proximidade na relação predicativa e uma similitude das “*funções semânticas*” exercidas pelo predicativo do sujeito e pelo predicativo de CD (1993: 49-50):

O Zé é | (i) um adolescente
 | (ii) atento
 | (iii) o chefe de turma

(i) e (ii) configuram uma *predicação descritiva*; (iii) desenha uma predicação construída como *Equativo*, logo, como orientação *descritivo-identificadora*; em qualquer dos casos situamo-nos ao nível da construção sintáctica do EN – *predicação do sujeito*);

A Ana considera o Zé | (i) um adolescente
 | (ii) atento
 | (iii) o chefe de turma

(dão-se aqui as mesmas relações, agora projectadas no interior do SV, ou seja, imediatamente no âmbito da construção sintagmática – *predicação do objecto*).

Também no DT o verbo copulativo é entendido como unidade que necessita do nome predicativo do sujeito para completar o seu sentido, formando um predicado nominal. Há no entanto situações em que os verbos podem ser utilizados como copulativos ou verbos de ação, dependendo do respetivo contexto. Comparem-se os seguintes exemplos:

41. Na festa eu estava alegre. (verbo copulativo)

42. Ontem estava na escola. (verbo significativo)

Verificamos que o verbo “estar” pode seleccionar a função sintáctica de predicativo do sujeito em (41.), designando-se por predicado nominal, mas é predicado verbal em (42.), uma vez construído com um complemento oblíquo.

Concluimos que o predicado nominal é formado pelo predicado do sujeito e um verbo copulativo.

2.5. Predicado Verbo-nominal

O predicado verbo-nominal apresenta um verbo e um predicativo como núcleos de significação, como, por exemplo, na frase:

43. O juiz julgou o réu culpado.

Pred verbo-nominal

Núcleos:

julgou – Verbo significativo

culpado – Pred. do CD

O predicativo do complemento direto determina o complemento direto e ocorre apenas em usos verbo-nominais dos predicados. O predicado desta frase poderia ser desdobrado em dois, um verbal e um nominal; neste último caso, o predicativo do CD corresponderia ao predicativo do Suj. Note-se a analogia que Joaquim Fonseca estabelece entre o predicativo do CD e o predicativo do Suj (1993: 49-50).

43'. O juiz julgou o réu. O réu é culpado.

Segundo Cintra e Cunha (1984: 138), o predicado verbo-nominal possui dois núcleos, um verbo e um predicativo. Na *Gramática da Língua Portuguesa*, Inês Duarte refere que nas construções gramaticais em que há dois domínios de predicação, estamos perante o predicado verbo-nominal. Vejam-se os seguintes exemplos (2003: 279):

(4) (a) [O João] *considera a Maria inteligente.*

(b) [O João] *considera inteligente a Maria.*

Nestas frases, existem igualmente dois domínios de predicação: o predador sintáctica e semanticamente primário é um verbo da classe dos transitivos-predicativos (*considera*), que selecciona como seu complemento um domínio de predicação (*[a Maria] inteligente*), cujo predador sintáctica e semanticamente secundário é o adjetivo *inteligente* e cujo sujeito é a expressão nominal *a Maria*. Por outras palavras, as frases (4) são analisáveis numa oração cujo predicado é a sequência em itálico em (4) e o sujeito o constituinte *o João* e numa **oração pequena**, cujo predicado é o constituinte *inteligente* e o sujeito o constituinte *a Maria*. Em (4b), o predador primário e o secundário ocorrem adjacentes, formando o predador complexo *considera inteligente*. A tradição gramatical luso-brasileira denomina este tipo de predicados

predicados verbo-nominais. A relação gramatical dos predicadores secundários em frases transitivas-predicativas é a de **predicativo do objecto directo**.

Na sua tese de mestrado Marrafa propôs-se estudar este tipo de construções frásicas que apelidou de construção transitiva-predicativa, caracterizando-se pela presença de um sujeito, um verbo e “um elemento na posição de objecto directo em relação com um predicador que ocorre à sua direita” (1985: 14). Neste tipo de construção, o verbo assume a posição nuclear do GV, segundo Joaquim Fonseca (1993: 47):

A construção *predicação do complemento directo* ou *predicação do objecto* projecta-se no interior de um Sintagma Verbal (SV) que conta como elemento nuclear um *verbo transitivo predicativo*.

Os verbos transitivos predicativos apresentam uma configuração semântico-sintáctica característica, pois que cumulam o clasema *transitividade* e o que designarei por *traços de auxiliarização do Predicado*.

Os enunciados construídos com verbos transitivo-predicativos comportam um “*duplo processo predicativo*” no interior do GV; devido à semântica deste tipo de verbos estabelece-se um processo de predicação que envolve o complemento directo e um “termo predicativo” que ocorre à sua direita (Fonseca 1993: 48):

Uma propriedade específica afecta, então, o complemento directo dos verbos transitivos predicativos: ele é consignificado não apenas como paciente, efeito ou pólo de aplicação do processo denotado em V, mas ainda como *suporte* ou *base daquela predicação*.

Para Vilela (1999: 72), o predicado verbo-nominal forma-se com um verbo transitivo predicativo, como, por exemplo, “considerar”, “nomear”, entre outros. O DT segue esta linha de pensamento, denominando predicado verbo-nominal aquele que apresenta um verbo predicativo que selecciona um CD e um predicativo do CD.

Do ponto de vista pedagógico, os alunos, na sua generalidade, manifestam muitas dificuldades na identificação do Pred do CD. Foi importante compreenderem que para se identificar corretamente esta função sintáctica, bastava passar a oração para a voz passiva, conforme o exemplo:

Frase na voz Ativa:

44. As mulheres judgam os homens insensíveis.

$$\begin{array}{c} \text{Pred} \\ \hline \text{CD} \quad \text{Pred CD} \end{array}$$

Frase na voz Passiva:

44'. Os homens são julgados insensíveis pelas mulheres.

$$\begin{array}{c} \text{Pred} \\ \hline \text{Pred CD} \quad \text{CAP} \end{array}$$

O verbo “julgar” relaciona o CD (os homens) com o predicativo (insensíveis). Essa relação evidencia-se na voz passiva. Reitera-se que o predicativo do CD corresponde a um predicativo do Suj numa frase cujo predicado se designa nominal. Também M. C. Fonseca refere que em frases como (2012: 67):

Considero o João o chefe da turma / O João é o chefe da turma / Considero que o João é o chefe da turma: o segmento o João [é] o chefe da turma é um constituinte único e oracional, uma “small clause” formada por sujeito e predicativo. Ambas as construções apresentam a mesma geometria de uma predicação obrigatória.

Foi igualmente importante analisar frases como:

45. Eu acho a Ana interessante.

$$\begin{array}{c} \text{Pred} \\ \hline \text{CD} \quad \text{Pred CD} \end{array}$$

46. Eu acho a Ana.

$$\begin{array}{c} \text{Pred} \\ \hline \text{CD} \end{array}$$

No exemplo (45.), o verbo “achar” seleciona o CD e o Pred do CD, designando-se como predicado verbo-nominal, enquanto em (46.) o mesmo verbo seleciona CD, denominando-se predicado verbal. O importante é notar que o significado do verbo se altera de acordo com os elementos que integram o GV: tem o significado de “considerar” na frase (45.), mas o de “encontrar”, em (46.).

Nos seus desempenhos linguísticos, os alunos têm em conta o contexto em que atualizam determinando verbo para expressar o que exatamente desejam, compreendendo, mais facilmente, a diferença entre predicado verbal e verbo-nominal. Em síntese, o predicado verbo-nominal apresenta dois núcleos de predicação, cujo verbo se classifica como transitivo-predicativo, estando obrigatoriamente presente na sua constituição o CD e o Pred do CD.

2.6. Programa de Português e o Conhecimento Explícito da Língua

O novo Programa do ensino básico da disciplina de português (PPEB: 19) valoriza e promove o estudo do CEL, recorrendo a momentos de trabalho autónomo, conforme o seguinte excerto: “importa notar que, sendo certo que o conhecimento explícito da língua é transversal aos diferentes domínios, (...) também é certo que ele merece um cuidado especial e momentos de trabalho autónomo”. O Programa da disciplina de português do ensino secundário (2001: 5) institui o funcionamento da língua como competência nuclear, visando:

O desenvolvimento e o treino de usos competentes da língua, [concedendo] particular importância à reflexão sobre a estrutura e funcionamento da língua, proporcionando a aprendizagem e a sistematização de conhecimentos e o desenvolvimento de uma consciência metalinguística.

Também o Programa de português do ensino secundário profissional (2004: 18) atribui particular importância à competência do funcionamento da língua, pretendendo:

(...) aliar a prática à reflexão sobre a estrutura e o funcionamento da língua, constituindo-se como condição indispensável para o seu uso e aperfeiçoamento uma vez que possibilitará a identificação de dificuldades e a consequente consciencialização das estruturas linguísticas a usar em determinados contextos. (...) Embora esta competência apareça como conteúdo autónomo, ela subjaz a todas as outras e nelas se inscreve, visando o desenvolvimento da capacidade discursiva.

Foi minha preocupação realizar com os alunos diferentes exercícios no âmbito da predicação verbal, levando-os a explicitar o conhecimento implícito das regras gramaticais da língua, já que “(...) a gramática que a criança possui é uma gramática interiorizada, implícita, um conhecimento que lhe permite falar a língua mas dificilmente falar sobre a língua” (Sousa 2011: 114). De acordo com o PPEB, o CEL é considerado uma competência específica no plano sintático, sendo o verbo/GV/predicado estudado desde o 1º ciclo. A maioria dos alunos, quando ingressa na escola, já domina as principais regras gramaticais da sua língua materna; em ambiente escolar desenvolve as suas capacidades linguísticas através do estudo e reflexão das mesmas, aperfeiçoando o modo oral, a leitura e a escrita. Na minha

prática letiva, procuro que os alunos compreendam os conceitos essenciais, possibilitando uma aprendizagem efetiva, gradual, permitindo criar pares mínimos ou paradigmas que viabilizam uma descrição clara dos fenômenos que se estão a estudar, neste caso concreto, as funções sintáticas internas ao GV. Tal permite aos alunos perceber como se classifica o predicado, permite identificar o tipo de verbo e estudar os constituintes do GV. Estes manipulam e comparam dados, descobrem regularidades, refletem sobre o funcionamento da língua, a partir da realização de atividades de caráter oficial, encontrando regras, recorrendo a uma terminologia apropriada com o objetivo de explicitar aspetos fundamentais do predicado e das suas funções sintáticas internas. Sistematizam o seu conhecimento implícito em conhecimento explícito e o seu conhecimento intuitivo em conhecimento metalinguístico, melhorando as aprendizagens efetuadas. Os conhecimentos/competências a adquirir e a desenvolver pelos alunos ao longo de doze anos de escolaridade, permitem-lhes, através da reflexão e do treino, uma compreensão facilitada do seu discurso e de outros, conscientes que a terminologia melhora as suas capacidades discursivas orais e escritas. O papel da gramática é essencialmente o de aperfeiçoar a expressão verbal e fazer com que os alunos que a estudam reflitam sobre ela.

No quinto capítulo, apresento de uma forma mais completa, as relações existentes entre o programa da disciplina de português, o CEL/Funcionamento da Língua, o DT, a identificação/classificação do predicado e sua constituição interna.

3. Classificação do Verbo quanto à Predicação

Na predicação⁷ estabelece-se uma relação entre elementos linguísticos, mediada pelo item lexical que os seleciona e que atribui uma propriedade a uma entidade, conforme os exemplos ilustram:

1. O João viu um filme

 V CD (O verbo seleciona um CD)
 Pred

2. O João é trabalhador.

 V Pred Suj (O verbo atribui uma propriedade ao Suj “O João”)
 Pred

Na predicação verbal estabelece-se uma relação entre o núcleo lexical, que é o verbo, e os constituintes por si selecionados que são essenciais para a boa formação das frases. Nesta ordem de ideias, as frases (3.) e (4.) são agramaticais, na medida em que os respetivos verbos, “ver” e “ser”, não selecionam complementos introduzidos por preposição.

3. *O João viu ao filme.

4. *O João é ao trabalhador.

A predicação de um verbo só pode ser determinada através do contexto da frase em que este surge. Na *Gramática de Língua Portuguesa*, Inês Duarte diz-nos que (2003: 182):

(...) a **predicação** abrange não só a relação entre o que tradicionalmente, se designa “sujeito” e “predicado” de uma frase ou **oração**, mas também a relação que se estabelece entre um núcleo lexical, como o verbo e os seus **argumentos**.

Como já se referiu anteriormente, o verbo tem uma função predicativa por excelência, pertence a uma classe aberta, exprime situações dinâmicas e estados, flexiona-se em tempo, modo, pessoa e número e constitui o núcleo do GV.

⁷Predicar é: “(...) atribuir propriedades a entidades ou estabelecer relações entre entidades” (Duarte: 182).

Conhecer o verbo no seu todo implica reconhecer o seu significado específico, os contextos em que pode surgir ou, dito de outra forma, a sua sintaxe, além de aspetos relativos à sua morfologia. Para tal, analisemos os seguintes exemplos relativos ao verbo “comer”:

5. Comi um bolo.
6. A criança já comeu hoje.
- 7.*Comi ao pernil.
8. Comi sentado à mesa.
9. O bolo foi comido pelo menino.

O verbo “comer” pode surgir com CD (“um bolo”) em (5.), ou sem complementos à sua direita, como no exemplo (6.), mas não pode ser utilizado com CI, iniciado pela preposição “a” na frase (7.); pode surgir com modificador, como em (8.), ou numa construção passiva como em (9.). Deste modo, o conhecimento gramatical está intimamente ligado ao conhecimento do léxico, de tal forma que a distinção entre ambos nem sempre é clara, mas é fundamental conhecer os contextos em que os verbos podem ocorrer para os alunos os poderem identificar e utilizar no seu discurso quotidiano.

Em síntese, quando nos expressamos utilizamos frases, que são predicções, juízos que envolvem o reconhecimento do que vai acontecer ao Suj, negar ou afirmar o que é dito pelo predicado:

10. Os professores escrevem pequenos textos.

Suj Pred

11. Todos os alunos fazem os trabalhos.

Suj Pred

Nestas duas frases, pode-se referir o que acontece ao Suj, tal como negar ou afirmar o que o predicado nos diz acerca deste. O predicado revela sintaticamente o segmento linguístico que estabelece a concordância verbal com o sujeito. O verbo como núcleo da predicção identifica uma situação específica do mundo (real ou imaginário) e indica o número de entidades que intervêm nessa mesma situação.

3.1. Composição do Grupo Verbal

Na gramática tradicional, o sintagma verbal era estruturado em torno de um verbo, podia surgir acompanhado de outras palavras que ampliavam o seu significado e com as quais se combinava, formando frases gramaticais. O verbo principal determinava a ocorrência do sujeito e do(s) seu(s) complemento(s) e podia integrar-se em diferentes subclasses, consoante a presença e tipo de complementos selecionados. O predicado era definido como aquilo que se dizia acerca do sujeito, sem que a relação de concordância entre estes dois elementos fosse considerada pertinente. Ora a descrição da sintaxe do verbo permite uma melhor definição dos seus usos, um reconhecimento mais fácil das funções sintáticas internas ao GV; além disso, verificar os diferentes contextos em que o verbo pode ser usado, recorrendo ao significado, permite explicar as diferentes situações em que um mesmo verbo pode ocorrer com ou sem complementos.

De acordo com o DT, o GV integra um grupo de palavras cujo constituinte principal é um verbo, que funciona como uma unidade sintática. Pode ser constituído exclusivamente pelo verbo ou complexo verbal (sequência de um ou mais verbos em que apenas um deles é um verbo principal e o(s) restante(s) verbo(s) é/são auxiliare(s)), por um verbo e pelos seus complementos e/ou modificadores, por um verbo e pelo(s) seu(s) modificador(es), ou ainda pelo verbo e o predicativo do sujeito; por fim, pelo verbo e o predicativo do CD, conforme os exemplos mostram:

Frases	Constituição do GV
1. Anoiteceu.	Verbo
2. O João dorme.	Verbo
3. O João tinha caído.	Complexo Verbal/verbo composto (Verbo auxiliar e verbo principal)
4. O João deve começar a leitura.	Perífrase Verbal + CD → GN (Det+N)
5. O João fez o trabalho.	V+ CD → GN (Det+N)
6. Eu comi-o.	V+ CD → GN (Pron)
7. Ele gritou aos vizinhos.	V+ CI → GP (Prep+Det+N)
8. O João deu uma flor à mãe.	V+ CD → GN (Det+N) + CI → GP (Prep+Det+N)

9. Ele deu-lhe o livro.	V+ CD→GN (Det+N) + CI →GN (Pron)
10. O João ofereceu-lho	V+ CD →GN (Pron) + CI → GN (Pron)
11. O João realizou todos os trabalhos.	V+CD → GN (Quant Univ+Det+N)
12. A Joana fez quatro anos.	V+ CD→ GN (Quant Num +N)
13. Vou a Paris pela terceira vez.	V+ COBLÍ →GP (Prep+N) +Mod →GP (Prep+Det+ Adj Num +N)
14. O João telefonou à mãe ontem.	V+ CI→ GP (Prep+Det+N) + Mod →GADV (Adv)
15. O João realizou o teste com agrado.	V+ CD →GN (Det+N) + Mod →GP (Prep+Adj)
16. Ele tossiu ruidosamente, de noite.	V+ Mod → GADV (Adv) + Mod →GP (Prep+ N)
17. Ele adoeceu no domingo.	V+ Mod→ GP (Prep+ Det+N)
18. Ela colocou as prendas em cima da mesa.	V+ CD → GN (Det+N)+COBLÍ →GP(Loc+Det+N)
19. O menino sorriu com prazer perante os pais.	V+Mod →GP (Prep+N) + Mod → GP (Prep+Det+N)
20. O João foi à escola.	V+ COBLÍ → GP (Prep+Det+N)
21. Gosto de bolos simples.	V+ COBLÍ → GP (Prep+N+Adj)
22. Eles foram para o jardim de manhã.	V+ COBLÍ → GP (Prep+Det+N)+Mod → GP (Prep+ Adv)
23. Ele inseriu os desenhos no livro na semana passada.	V+ CD→ GN (Det+ N)+ COBLÍ → GP (Prep+Det+ N) + Mod → GP (Prep+Det+N+Adj)
24. Ele mora além.	V+ COBLÍ→ GADV (Adv)
25. Ele é bonito.	V+Pred Suj →GADJ (Adj)
26. Ele é tio do João.	V+ Pred Suj →GN (N+ Prep+Det+N)
27. Ele foi o terceiro classificado.	V+Pred Suj →GN (Det+Adj Num+N)
28. O livro é meu.	V+ Pred Suj →GN (Pron)
29. O teste de CN é amanhã.	V+ Pred Suj →GADV (Adv)
30. O João está com problemas	V+Pred Suj →GP(Prep+N)
31. Ele é feliz na festa.	V+Pred Suj →GADJ (Adj)+Mod →GP (Prep+Det+N)

32. O João considera o amigo simpático.	V + CD → GN (Det+N) + Pred CD → SAdj (Adj)
33. Todos consideram a Maria uma amiga extraordinária.	V+ CD → GN (Det+N) + Pred CD → GN (Det+N+ Adj)
34. O João considerou o filme sem interesse.	V+ CD → GN (Det+N) + Pred CD → SP (Prep+N)
35. O gelado foi comido pelo menino.	V+ CAP → GP (Prep+Det+N)
36. Ele viu a Maria quando entrou no café.	V+ CD → GN (Det+N) + Mod → Oração adverbial temporal
37. Eu trabalho bem onde há silêncio.	V+ Mod → GADV (Adv) + Mod → Oração substantiva relativa introduzida por <i>onde</i>
38. Ele leu o livro para aprender.	V+ CD → GN (Det+N) + Mod → Oração adverbial final (reduzida de infinitivo)

Note-se que os últimos três exemplos (36.)-(38.) se distinguem dos anteriores pelo facto de os respetivos modificadores terem uma estrutura oracional. A presença ou ausência dos constituintes pedidos pelo verbo, a natureza categorial e temática dos seus argumentos está relacionada com o tipo de verbo e a relação de regência e de dependência lexical estabelecida entre o verbo e o(s) seu(s) complemento(s), modificador(es), predicativo do sujeito ou predicativo do CD.

3.2. Ilustração da Distribuição do Predicado

Como já referido *supra*, o predicado é a função sintática desempenhada pelo GV (núcleo / complementos / predicativo do Suj / predicativo do CD) e pelos seus modificadores. De acordo com o DT, as funções sintáticas selecionadas pelo verbo designam-se complementos, enquanto aquelas que são apenas circunstanciais/facultativas chamam-se modificadores. Nas aulas com os meus alunos, recorri a alguns testes para a identificação do predicado, nomeadamente ao teste da interrogação dos constituintes:

39. O João bebeu sumo.

Suj Pred (O que fez o Suj?)
bebeu sumo

40. Eu estou feliz com a tua chegada.

Suj Pred (O que aconteceu ao Suj?)
estou feliz com a tua chegada

41. O João fica melhor perto de ti.

Suj Pred (O que se passa com o Suj?)
fica melhor perto de ti

42. O João ficou sem trabalho.

Suj Pred (O Suj fez o quê?)
ficou sem trabalho

Utilizei também um outro teste que é a eliminação do verbo como elemento nuclear, de forma a que os alunos verificassem a agramaticalidade das frases, tal como presente nos enunciados *supra* (6.), (8.) e (10.) do segundo capítulo. Tendo como referência o DT, defendo que o predicado pode ser verbal (verbos significativos), nominal (verbos copulativos ou de ligação) e verbo-nominal (verbos transitivo-predicativos).

A estrutura do primeiro tipo de predicado pode ser ilustrada com os seguintes exemplos:

Frase	Constituintes do Pred	Classificação do Verbo
43. O João leu um livro.	V+CD	Transitivo Direto
44. O João telefonou à mãe.	V+CI	Transitivo Indireto
45. A escola beneficiou de algumas obras.	V+COBLÍ	Transitivo Indireto
46. A festa decorreu aqui.	V+COBLÍ	Transitivo Indireto
47. O João ofereceu um livro ao amigo.	V+CD+CI	Transitivo Direto e Indireto
48. A Ana pôs os livros na estante.	V+CD+COBLÍ	Transitivo Direto e Indireto
49. Nevou.	V	Intransitivo
50. A Maria adormeceu.	V	Intransitivo
51. A Maria comprou bolos na pastelaria.	V+CD+Mod	Transitivo Direto
52. O João sorriu com vontade.	V+Mod	Intransitivo
53. A Ana falou ao professor com prazer.	V+CI+Mod	Transitivo Indireto
54. A Maria ofereceu rosas à mãe no natal.	V+CD+CI+Mod	Transitivo Direto e Indireto

Em conclusão, e reiterando este ponto, o verbo é considerado transitivo direto se selecionar CD; se selecionar CI ou COBLÍ designa-se transitivo indireto; se selecionar simultaneamente CD e CI ou COBLÍ, chama-se transitivo direto e indireto. Na ausência destes complementos, designa-se intransitivo.

Quando o verbo é classificado como intransitivo, transitivo direto, transitivo indireto ou, ainda, transitivo direto e indireto pode o mesmo surgir acompanhado por um ou vários modificadores. Como se verá mais adiante, o modificador é uma função sintática desempenhada por constituintes não selecionados por nenhum elemento do grupo sintático de que fazem parte. Por não serem selecionados, a sua omissão geralmente não afeta a gramaticalidade de uma frase. Neste trabalho, concentrarei a minha atenção nos modificadores que se relacionam com os constituintes do GV. Os modificadores podem ter diferentes formas e diferentes valores semânticos, conforme os exemplos que se seguem:

55. O automóvel explodiu ali.

Mod de “lugar” (GADV)

56. Ele sorriu na festa.

Mod de “lugar” (GP)

57. O João cantou ontem.

Mod de “tempo” (GADV)

58. A Ana cantou quando tu chegaste do Algarve.

Mod de “tempo” (Oração subordinada)

59. O João comeu mal.

Mod de “modo” (GADV)

60. A Maria correu em redor da mesa.

Mod de “modo” (GP)

A estrutura do predicado nominal pode ser:

Frase	Constituintes do Pred	Classificação do Verbo
61. O João ficou doente	V+Pred Suj	Copulativo
62. O João está triste desde manhã.	V+Pred Suj+Mod	Copulativo

Em síntese, aos verbos copulativos está associado o predicado nominal, composto pelo Pred do Suj, podendo conter ou não modificadores.

A estrutura do predicado verbo-nominal pode ser formada por:

Frase	Constituintes do Pred	Classificação do Verbo
63. A mãe deixou a filha contente.	VT+CD+Pred CD	Transitivo-predicativo
64. O João considerou a Maria simpática na festa.	VT+CD+Pred CD+Mod	Transitivo-predicativo

Também de forma sintética, reitera-se que um verbo transitivo-predicativo ocorre obrigatoriamente com um CD e o predicativo do CD.

3.3. Funções Sintáticas Internas ao Grupo Verbal/Predicado

O predicado é tradicionalmente entendido como a ação praticada pelo sujeito, o que já se viu, não ser suficiente para identificar todos os tipos de predicado usados pelos falantes.

O predicado tem sido aqui entendido como a função sintática do constituinte da frase simples que seleciona os restantes constituintes que nela ocorrem; é desempenhada pelo verbo e complementos obrigatoriamente selecionados por este e/ou os constituintes facultativos designados modificadores. De acordo com o DT, as funções sintáticas internas ao GV podem ser: complemento, predicativo e modificador. Indo por partes:

✦ Complemento, que é a função sintática de um constituinte obrigatório, selecionado pelo verbo, sendo este parte integrante do predicado, como nos seguintes exemplos:

65. O João comeu o bolo.
66. O João tossiu o caroço da cereja.
67. O João está na festa.
68. O João porta-se mal.
69. *O João porta-se.

Na frase (65.), o GN “o bolo” é complemento do verbo “comeu”, tal como em (66.) o verbo “tossiu” vem acompanhado de um GN com a função sintática de CD. Relativamente à frase (67.), o GP “na festa” é um complemento, tal como o GADV “mal” em (68.), sendo que (69.) é uma frase agramatical porque o verbo seleciona obrigatoriamente um complemento. Sintaticamente, o complemento é selecionado pelo verbo/predicador e semanticamente traz um complemento informacional necessário.

Em síntese, os complementos são constituintes da frase selecionados pelo verbo, classificando-se de acordo com a sua natureza gramatical e com a relação que estabelecem com o verbo, podendo serem designados de CD, CI, COBLÍ e CAP, conforme a seguinte tabela:

Funções Sintáticas		Exemplos
CD	É um constituinte selecionado pelo verbo, geralmente não precedido de preposição.	70. <u>Vi o filme.</u> CD
CI	É um GP sempre introduzido por <i>a</i> (eventualmente também <i>para</i>), a não ser que tenha forma pronominal.	71. <u>Telefonei ao professor.</u> CI
COBLÍ	É um constituinte obrigatório selecionado pelo verbo, podendo ser um GP ou GADV.	72. <u>Fui a Estremoz.</u> COBLÍ (GP) 73. O João <u>mora ali.</u> COBLÍ (GADV)
CAP	É um constituinte presente em frases passivas constituído por um GP (geralmente introduzido pela preposição <i>por</i>). Na frase ativa correspondente passa a GN com função de Suj.	74. O livro foi comprado <u>pelelo aluno.</u> CAP

Os alunos manifestaram algumas dificuldades na identificação dos diferentes complementos, tendo sido necessário recorrer a diferentes testes para reconhecer os diferentes complementos.

Relativamente ao CD: quando realizado por um GN, é possível comutá-lo pelo pronome pessoal com a função de CD (cf. (75.) e (76.)); se o CD for constituído por uma oração subordinada completiva, é comutável pelo pronome demonstrativo átono *o* (equivalente a *isso, isto, aquilo*), conforme (77.) e (78.). Quando o GN com a função de CD se encontra na frase ativa, passa para a frase passiva com a função sintática de Suj, de acordo com (79.) e (80.):

75. O João comeu o pão.
Pred
CD

76. O João comeu-o.
Pred
CD

77. O João disse que queria comer.
Pred
CD

78. O João disse-o
Pred
CD

79. O João come as bolachas.
Pred
CD

80. As bolachas são comidas pelo João
Suj

O CD ocorre geralmente à direita do verbo; as exceções podem resultar de fatores comunicativos ou pragmáticos, da construção de frases de tipo interrogativo e de contextos onde o CD é obrigatoriamente pré-verbal:

81. Palavras, leva-as o vento.
CD CD

82. Quantos livros leste?
CD

83. O autor que li é interessante.
CD

Em conclusão, existindo diferentes formas de identificar o CD, é fundamental que os alunos as compreendam e apliquem na análise dos dados da língua.

não acontece em (89.), frase agramatical. A supressão de Pred do Suj origina uma frase agramatical em (90.). Na frase (91.) o constituinte “simpática” não é selecionável pelo verbo “dizer”. No exemplo (92.), o verbo “considerar” seleciona o CD “o livro” e o Pred do CD “interessante”, que completa o significado do verbo, especificando características do GN com a função sintática de CD. O CD e o Pred do CD formam uma predicação complexa, que pode ser substituída por uma oração subordinada substantiva:

92'. A mãe considera **que o livro é interessante.**

O Pred do CD e o CD concordam em género e número, o que não se verifica na frase (93.) agramatical. Na frase (94.), os constituintes “o livro” e “interessante” não são selecionáveis pelo verbo “ser” que, é copulativo.

Funções Sintáticas		Exemplos
Pred Suj	É um constituinte selecionado por verbo copulativo que atribui características ao GN com a função de Suj.	95. O João <u>está feliz.</u> Pred Suj
Pred CD	É um constituinte selecionado por verbo transitivo-predicativo, que predica o CD.	96. A turma acha a Ana <u>bonita.</u> Pred CD

✦ Modificador é a função sintática desempenhada por alguns constituintes não selecionados pelo núcleo do grupo sintático de que dependem. Não são constituintes obrigatórios, conforme ilustram os seguintes exemplos:

97. O João comeu mal.

98. O João comeu.

No exemplo (97.), o GADV “mal” é um modificador porque não é selecionado pelo verbo; donde a sua ausência não torne a frase (98.) agramatical.

O modificador é um constituinte opcional, podendo ter diferentes formas e diferentes valores semânticos (locativo, temporal, modal, etc.).

Funções Sintáticas		Exemplos
Mod (GP)	<p>É a função desempenhada por um GP. Pode ocorrer:</p> <ul style="list-style-type: none"> ◇ Adjacente ao GV ◇ Numa pergunta cuja resposta corresponde ao GV 	<p>99. O João aceitou o convite <u>com prazer.</u> Mod</p> <p>100. Os alunos decoraram o átrio <u>na escola.</u> Mod (O que é que os alunos fizeram na escola? - decoraram o átrio)</p>
Mod (GAdv)	<p>É a função desempenhada por um GAdv, podendo ser interrogado e negado.</p>	<p>101. Foi <u>agora</u> que telefonaste João? Mod (A Maria telefonou ao João não agora, mas de manhã.)</p>
Mod (Oração)	<p>É a função desempenhada pelo constituinte formado por uma oração subordinada.</p>	<p>102. Trabalho com dificuldade <u>onde há ruído.</u> Mod</p>

Na função sintática de modificador, quer o GP quer o GADV estabelecem com o núcleo verbal do predicado diferentes tipos de dependência estrutural e lexical. Ao escolher um verbo para construir uma frase, enquanto unidade lexical, este traz indissociavelmente associado o número e a natureza dos argumentos que têm que estar presentes sintaticamente, conforme os exemplos:

103. O gato dormiu.
104. O Pedro fez os trabalhos.
105. A Maria entregou o livro ao pai.
106. Os alunos leram os livros com agrado.
107. Moro em Estremoz.

Na frase (103.), o verbo não exige qualquer complemento; em (104.) o verbo seleciona um CD; na frase (105.), o verbo é utilizado com dois complementos (direto e indireto); no exemplo (106), o GV é constituído pelo verbo, complemento direto e modificador, enquanto na frase seguinte o verbo seleciona um complemento oblíquo. Na gramática tradicional, os modificadores, designados por adjuntos ou circunstantes, correspondiam aos complementos circunstanciais, caracterizando-se pela mobilidade e não obrigatoriedade na frase. A tradição gramatical não fazia a distinção entre os complementos selecionados pelo verbo de realização sintática obrigatória e os modificadores de realização sintática opcional. Para determinar se um dado constituinte é complemento ou modificador, é necessário verificar se este depende obrigatoriamente do verbo ou não, concorrendo apenas para a interpretação situacional.

Em conclusão, todos os constituintes que ocupem posições não exigidas pela estrutura interna do GV, tendo como núcleo o verbo, desempenham a função sintática de modificador desse GV.

4. Proposta de uma Hipótese Explicativa para a Distribuição do Predicado

Conhecer o significado do verbo, as condições que impõe ao contexto sintático em que pode ocorrer, as categorias sintáticas das palavras que exige para formar os diferentes constituintes que surgem no predicado, os papéis semânticos que distribui na oração e as propriedades de subcategorização são aspetos sobre os quais se reflete neste capítulo, propondo uma hipótese que explique a distribuição do predicado no português europeu.

Assim, para Cunha e Cintra (1984: 384) o predicado integra obrigatoriamente o verbo, podendo este classificar-se em regular (mantém o mesmo paradigma ao longo de toda a conjugação), irregular (afasta-se do paradigma ao flexionar-se nos diferentes tempos e modos), defetivo (utilizam-se apenas em determinadas pessoas gramaticais) e abundante (possuindo duas ou mais formas equivalentes, como, por exemplo, o particípio *entregue* e *entregado*, referente ao verbo *entregar*).

Quanto ao comportamento, o verbo classifica-se como principal e auxiliar (1984: 385):

PRINCIPAL é um verbo de significação plena, nuclear de uma oração.

AUXILIAR é aquele que, desprovido total ou parcialmente da acepção própria, se junta a formas nominais de um verbo principal, constituindo com elas locuções que apresentam matizes significativas especiais.

Viu-se anteriormente que, quanto à predicação, Cunha e Cintra (1984: 523) consideram que os verbos nocionais/significativos se dividem em transitivos e intransitivos, e a ligação do verbo ao seu(s) complemento(s) designa-se por regência verbal. Os constituintes de uma oração estabelecem entre si relações, formando um todo significativo (Cunha e Cintra 1984: 512-513):

Essa relação necessária que se estabelece entre duas palavras, uma das quais serve de complemento a outra, é o que se chama REGÊNCIA. A palavra dependente denomina-se REGIDA, e o termo a que ela se subordina, REGENTE.

As relações de REGÊNCIA podem ser indicadas:

- a) pela ordem por que se dispõem os termos na oração;
- b) pelas preposições, cuja função é justamente a de ligar palavras estabelecendo entre elas um nexos de dependência.

Como já foi referido, a transitividade verbal tem em conta a forma como os constituintes surgem no predicado e na oração, a relação que estabelecem com os termos que regem ou são regidos.

O verbo distribui “papéis semânticos” pelos constituintes que com ele se combinam para formar unidades linguísticas mais extensas, como refere Duarte (2000: 72):

(...) um item lexical **selecciona semanticamente** as expressões a que atribui papéis semânticos as expressões que recebem tais papéis semânticos constituem os **argumentos** desse item.

As propriedades ou traços semânticos que um item exige que possuam os seus argumentos constituem as **restrições de selecção** desse item.

Também para esta linguista, os constituintes que integram o predicado estabelecem relações gramaticais na frase, ocorrendo por ordem linear: “a relação gramatical final dos constituintes é o principal factor que determina a ordem linear da sua ocorrência” (2003: 277).

Os diferentes verbos usados pelos falantes pertencem a várias subclasses, estando o esquema relacional das frases dependente das propriedades do(s) verbo(s) que a(s) integra(m). Para Duarte (2003: 295):

Os esquemas relacionais representam os padrões possíveis de organização sintáctica das frases básicas de uma língua, fornecendo informações sobre:

- (i) o número de argumentos do predicador (zero a três argumentos);
- (ii) a relação gramatical final de cada um deles (sujeito, objecto directo, objecto indirecto, oblíquo);
- (iii) a existência de um predicador secundário (predicativo do sujeito, predicativo do objecto directo);
- (iv) a ordem linear segundo a qual argumentos e predicadores secundários ocorrem na frase.

Como já se referiu, com base nas propriedades de selecção categorial e semântica do item lexical verbal, Duarte (2003: 295-296) diz que há três grandes subclasses de verbos, a saber: “a subclasse dos verbos **principais**, a subclasse dos verbos **copulativos** e a subclasse dos verbos **auxiliares**”. Os verbos plenos constituem os núcleos das orações em que estão integrados, sendo caracterizados por “propriedades de selecção semântica (número de argumentos e respectivo papel semântico) e sintáctica (categoria de cada argumento e relação gramatical que assume na oração)”. Para esta linguista, os verbos principais ou plenos de acordo com o número de argumentos seleccionados e relação gramatical que estabelecem na

oração distinguem-se em diferentes subclasses, que sistematizo na seguinte tabela, adiante retomada (*Id., ib.:* 296-302):

Subclasses de Verbos Principais	Esquema Relacional ⁸	Exemplos de Frases
Verbos Ditransitivos	SU V OD OI	1. <u>O João</u> deu <u>um livro</u> <u>ao Pedro</u> . SU OD OI
Verbos Transitivos de Três Lugares	SU V OD OBL	2. <u>Ele</u> partilhou <u>o almoço</u> SU OD <u>com o amigo</u> . OBL
Verbos Transitivos-Predicativos	SU V OD PRED OD	3. <u>O Pedro</u> achou <u>esse livro</u> SU OD <u>desinteressante</u> . PRED OD
Verbos Transitivos	SU V OD	4. <u>O Pedro</u> adorou <u>o teu presente</u> . SU OD
Verbos de dois Lugares com um Argumento Interno Objecto Indirecto	SU V OI	5. <u>A exposição</u> agradou SU <u>aos críticos</u> . OI
Verbos de dois Lugares com um Argumento Interno Oblíquo	SU V OBL	6. <u>O presidente</u> assistiu SU <u>à final da Taça de Portugal</u> . OBL
Verbos Inergativos	SU V	7. <u>O bebé</u> espirrou. SU
Verbos Inacusativos ou Ergativos	SU V	8. <u>A vítima do acidente</u> desmaiou. SU
Verbos de Zero Lugares	V	9. <u>Choveu</u> torrencialmente. V

⁸ Nesta tabela, utilizo a terminologia proposta por Duarte na *Gramática da Língua Portuguesa*:
SU-Sujeito; OD-Complemento Direto; OI-Complemento indirecto e Oblíquo-Complemento Oblíquo.

Os verbos copulativos apresentam o esquema relacional, presente no seguinte exemplo:

10. O bebé está contente.

SU V_{Cop} PRED SU

Os verbos auxiliares surgem integrados num complexo verbal, não possuem significado lexical, não têm propriedades de seleção semântica; o verbo principal é que selecciona os complementos, predicativo do sujeito ou do CD ou ainda os modificadores. Como refere Duarte (2003: 303):

As orações em que ocorrem verbos **auxiliares** apresentam sequências verbais formadas pelo menos por dois verbos: o verbo auxiliar e o verbo auxiliado. Uma vez que o português é uma língua núcleo-inicial, o verbo auxiliar precede o verbo auxiliado com que se combina.

Para esta linguista (2003: 305), os verbos de alternância caracterizam-se por:

(...) exibirem duas variantes, relacionadas de um dos seguintes modos: a grelha temática de verbo mantém-se em cada uma das variantes, mas a relação gramatical de um ou mais desses argumentos é diferente em cada uma delas; uma das variantes selecciona menos um argumento do que a outra, sendo a relação gramatical desse único argumento diferente da que tal argumento tem na outra variante.

Os verbos de alternância subdividem-se nas subclasses causativa e locativa (*Id., ib.:* 305-306):

Os verbos que aceitam este tipo de alternância exibem uma variante causativa transitiva e uma variante não causativa inacusativa, sem argumento externo e em que o argumento interno directo ocorre como sujeito. (...)

A variante inacusativa apresenta obrigatória ou opcionalmente o clítico do paradigma dos reflexos *-se*.

Relativamente aos verbos causativos de alternância locativa, podem apresentar (*Id., ib.:* 306-307):

(...) uma variante em que o argumento Tema tem a relação gramatical de objecto directo e o argumento Locativo uma relação gramatical oblíqua e outra variante em que a relação gramatical de objecto directo é desempenhada pelo argumento Locativo e o argumento Tema tem uma relação gramatical oblíqua.

Para Duarte (2003: 307-308), os verbos transitivos de alternância locativa ‘do tipo de *limpar* podem apresentar duas variantes do Tema como objecto (uma com três lugares, outra com dois) e uma variante do Locativo como objecto, de dois lugares’. Por último, os verbos não causativos de alternância locativa que são verbos de ‘dois lugares, que seleccionam um argumento Tema e um argumento Locativo, e que apresentam uma variante do Tema como sujeito e outra do Locativo’. Por fim, para Duarte (2003: 309) surgem os verbos simétricos; por um lado ‘com simetria do argumento externo e de um argumento interno’; por outro lado, com ‘simetria de dois argumentos internos’, podendo admitir uma variante não causativa com as características de simetria da variante causativa.

Para Bechara, o verbo divide-se em duas subclasses: verbos nocionais (significativos-predicado verbal) e relacionais (significado léxico muito amplo e vago “vazio”- predicado nominal): “esta distinção é válida sob certo aspecto semântico, mas não no que se refere à sintaxe” (1999: 209). Note-se que para este autor, o verbo desempenha um papel central na oração, concordando com o sujeito em pessoa e número, quer o predicado seja verbal ou nominal. Considera que o verbo pode classificar-se como regular (o radical não varia ao longo da conjugação), anómalo (apresenta na sua conjugação radicais primários diferentes), defetivo (não apresenta todas as formas na sua conjugação), abundante (apresenta duas ou três formas de igual valor e função) ou ainda irregular (apresenta modificação no radical ou na flexão ao longo da conjugação).

Como já se viu, quanto ao significado genérico Mário Vilela (1999: 62-63) distingue verbos de ação/atividade, verbos de processo e verbos de estado. É importante notar que muitos verbos podem pertencer a mais de uma classe de acordo com o seu conteúdo lexical. As classes de valência são uma consequência do significado lexical do verbo. A valência implica (1999: 63-64):

- i) um dado número de argumentos | actantes (em resposta a: quantos actantes integra ou exige um dado verbo?),
- ii) a indicação da obrigatoriedade ou não dos actantes (em resposta a: são obrigatórios ou facultativos?),
- iii) a caracterização semântico-denotativa (em resposta a: quais os classemas que devem apresentar os termos que realizam os argumentos?),
- iv) a caracterização semântico-funcional (em resposta a: quais os papéis semânticos desempenhados pelos argumentos no estado de coisas implicado no verbo?),
- v) a indicação das funções sintácticas dos actantes;
- vi) e, finalmente, a indicação da configuração morfossintáctica dos termos que realizam as funções sintácticas.

Segundo este linguista, “a valência permite estabelecer os modelos frásicos para cada verbo ou grupo de verbos, indicando os argumentos ou complementos possíveis de cada verbo”, considerando que há um ou mais lugares vazios, aberto(s) pelo verbo na frase. Ao nível do modelo frásico, nem todos os lugares vazios abertos têm obrigatoriamente de ser preenchidos.

Veja-se os seguintes exemplos propostos por Vilela:

O Rui escreveu uma carta	à Joana	<i>subj+V+cd+ci</i>
O Rui escreveu uma carta:		<i>subj+V+cd+-</i>
O Rui escreveu	à Joana	<i>subj+V+-+ci</i>
O Rui escreveu:		<i>subj+V+-+-</i>
O Rui ofereceu uma prenda	à Joana	<i>subj+V+cd+ci</i>
?? O Rui ofereceu uma prenda		
* O Rui ofereceu		

Numa frase em que surja o verbo “oferecer”, este constrói-se obrigatoriamente com os membros frásicos CD e CI no predicado. O verbo “escrever” pode utilizar-se com CD e CI, só com CD, só com CI ou sem complementos à sua direita, sendo estes membros frásicos considerados facultativos. Quer os membros frásicos obrigatórios, quer os facultativos, pertencem à valência do verbo. Para Vilela (1992: 32):

Aos complementos correspondentes aos lugares vazios abertos pelo verbo, isto é, aos argumentos ou complementos proposicionais, chamaremos *actantes* (ou simplesmente complementos), e aos complementos situados para além do dinamismo proposicional do verbo, chamaremos *circunstantes*.

Ao lado dos complementos do verbo (=actantes/argumentos/complementos), temos complementos designados na gramática tradicional por *complementos circunstanciais* (=circunstantes).

A partir do significado lexical dos verbos, podem os mesmos classificar-se como (1999: 64):

- a) verbos a-valentes, em que não se exige qualquer actante:
trovejar, relampejar, nevar, etc.
- b) verbos monovalentes, em que há um actante obrigatório:
dormir, voar, etc.
- c) verbos bivalentes, em que um actante é obrigatório e outro facultativo:
Este produto vende bem.
- d) verbos bivalentes, em que os dois actantes são obrigatórios:
Ele acabou por mandar *aparar a relva.*

Deste modo Duarte diz-nos que (2000: 133):

(...) a distribuição de uma palavra é a soma dos contextos sintáticos em que ela pode ocorrer, definindo-se contexto sintático como os vizinhos que uma palavra pode ter à sua esquerda e à sua direita (ou seja, as palavras e as unidades sintáticas que a podem preceder e seguir).

A ordem básica da combinação dos constituintes nas frases em português é **SVO** (sujeito, verbo e complementos, isto é, o sujeito precede o verbo e este precede os complementos que seleciona). Esta ordem pode ser alterada por razões de natureza discursivas, por fenómenos de topicalização e por construções sintáticas específicas. Deste modo, como já se referiu anteriormente, o verbo combina-se com os seus argumentos internos, desempenhando a função sintática de predicado e podendo combinar-se com um GN ou frásico com a função sintática de sujeito. Observem-se os seguintes exemplos (cf. 2000: 195-197):

12. O João comprou livros.

Pred

13. Comprou livros.

Pred

14. O João deu o livro à mãe.

Pred

15. *O João deu, comprou o livro à mãe.

Pred

16. O João tinha comprado um livro interessante.

Pred

17. O João dormiu.

Pred

18. O João é bom aluno.

Pred

Nestas frases, o predicado ocorre no mesmo contexto sintático, ou seja, a seguir ao sujeito, entre um GN e a fronteira de final de frase; a sua distribuição é, portanto, equivalente.

O predicado é comutável por outras unidades do mesmo paradigma, como ilustram as seguintes frases:

19. O João {
morreu
começou a tossir
cumprimentou o colega
ofereceu uma flor à mãe
telefonou à mãe
é simpático
considera o amigo trabalhador

O predicado dos exemplos em (19.) pode ser substituído pelo mesmo GV:

19'. O João caiu.

Os verbos pertencem todos à mesma classe, mas não à mesma subclasse, uma vez que não são comutáveis em todos os contextos:

20. *O João morreu o colega.

21. * O João começou o colega.

22. * O João tossiu uma flor à mãe.

23. *O João cumprimentou uma flor à mãe.

24. *O João ofereceu a tossir.

25. *O João telefonou simpático.

26. *O João é ao teatro.

27. *O João considera ao teatro.

28. *O João é o amigo trabalhador.

De forma rápida, diria: o verbo “morrer” pertence à subclasse dos verbos intransitivos; “começar” à dos auxiliares; “cumprimentar” à dos transitivos diretos; “oferecer” à dos transitivos e intransitivos; “telefonar” à dos transitivos indiretos; “ser” à dos copulativos; e “considerar” à dos transitivo-predicativos (veja-se a ilustração da distribuição do predicado verbal, nominal e verbo-nominal em 3.2.).

Assim, perante os exemplos apresentados, pode-se formular uma hipótese explicativa e plausível sobre a estrutura interna do predicado no português europeu:

O predicado é sempre constituído por um GV, cujo núcleo é o verbo que seleciona argumentos internos que podem ser complementos, predicativo do sujeito ou do CD e/ou modificadores, sendo que as relações gramaticais estabelecidas entre estes constituintes desempenham um papel determinante na interpretação semântica da frase e no desencadeamento dos processos de concordância.

A hipótese aqui apresentada sustenta que a categoria dos complementos / predicativo / modificador varia consoante as propriedades dos núcleos dos grupos nominal, verbal, adjetival, adverbial e preposicional que integram o predicado, sendo que as funções sintáticas destes constituintes são atribuídas consoante a posição estrutural em que ocorrem.

Como refere Duarte (2003: 409):

A estrutura do SV está estreitamente ligada ao número de argumentos seleccionados pelo V. A presença e a natureza categorial e temática dos argumentos internos relaciona-se com o tipo de verbo e com o tipo de relação de regência e de dependência lexical estabelecida.

Os complementos, predicativo do sujeito e do CD e os modificadores desempenham funções sintáticas que para Barbosa são (1999: 57):

(...) classes de elementos que, ao nível da frase ou oração, estabelecem uma relação de determinação ou subordinação com o verbo, que é o elemento nuclear ou determinado da unidade de análise.

A reflexão sobre o predicado e as suas funções sintáticas internas pretende transformar os alunos em observadores treinados e conscientes da complexidade dos factos linguísticos, fornecendo-lhes instrumentos que lhes permitam compreender as regularidades da língua no que respeita ao predicado e às suas funções sintáticas internas, nomeadamente a classificação do verbo em função da presença e tipos de complementos que selecciona, matéria do ponto seguinte.

4.1. Classes de Verbos estabelecidas em Função da Presença e Tipos de Complementos

Como referido *supra*, a gramática normativa classifica o verbo principal da frase como transitivo e intransitivo, esta classificação tem sido objeto de vários estudos e interpretações. O verbo desempenha um papel central na frase e, segundo Cunha e Cintra, classifica-se de acordo com os complementos que seleciona (cf. capítulo 2.1.). Classificar os verbos que integram as diferentes frases usadas pelos falantes significa estabelecer uma ordem com constituintes que têm características comuns; segundo Mário Vilela “classificar é estabelecer as classes de um dado domínio” (1992: 3).

Numa classificação sintática, o verbo surge integrado no contexto frásico. Para Mário Vilela (1992: 4):

Os traços formadores e caracterizadores das classes são, por isso, os constituintes (e as suas estruturas sintáticas) que devem ou podem co-ocorrer com o verbo. Isto é, o verbo define-se sintacticamente pela sua possibilidade de figurar num número elevado de construções, em que o próprio verbo se constitui como núcleo organizador das estruturas.

O número e o tipo de constituintes que se seguem ao verbo são determinantes para a sua classificação em diferentes subclasses. Existem também estudos que classificam o verbo com base em critérios eminentemente semânticos (cf. Vilela 1992: 20):

As classes de verbos são também estabelecidas com base nos complementos ou domínios expressos pelo valor lexical do verbo relativamente à função semântica desempenhada pelo sujeito e pelos complementos.

A classificação do verbo é estabelecida em função da relação que este mantém com os constituintes que o acompanham. Mário Vilela privilegia o princípio de que na frase se parte de cima para baixo, chamando “*membros sintáticos*” aos grupos de palavras. O verbo constitui o núcleo da frase e os seus complementos definem os verbos com os quais podem ocorrer. Como já referido, segundo este linguista, as classes de valência “são uma consequência do significado lexical do verbo” (1999: 63).

O melhor critério para classificar o verbo de acordo com os complementos que seleciona é, para Vilela, o que associa aspetos sintáticos com aspetos formais e semânticos (1999: 59):

O ponto de partida é o critério sintático (= a capacidade que a palavra tem para exercer uma função e ocupar um lugar típico na frase) e o conjunto de características formais, posicionais e combinatórias. Servem como ponto de partida a posição típica, o modo de combinação e a função sintática e segue-se depois a classificação semântica (perspectivação categorial).

Segundo Eliseu (2008: 48) “Todas as frases têm um sujeito e um predicado (um domínio sintático que contém um sujeito e um predicado que corresponde a uma **oração**)”. Os complementos que integram o predicado são expressões selecionadas pelo predicador verbal e dele recebem uma interpretação, designando-se funções semânticas, dependendo das propriedades do verbo. Importa referir as funções semânticas que Eliseu propõe (2008: 57-58):

- Agente:** entidade que desencadeia a acção expressa pelo predicador;
- Instrumento:** entidade (não controladora) que causa a acção expressa pelo predicador ou objecto através do qual se efetua uma acção;
- Tema:** entidade que é afectada pela acção, movida, percebida ou experienciada;
- Experienciador:** entidade que sente os acontecimentos ou deles se apercebe;
- Beneficiário:** entidade que beneficia da acção expressa pelo predicador;
- Alvo:** entidade ou lugar em relação ao qual é dirigida a acção (concreta ou abstracta) expressa pelo predicador;
- Origem:** entidade ou lugar a partir do qual uma coisa é movida devido à acção expressa pelo predicador;
- Locativo:** espaço em que se situa a situação expressa pelo predicador.

Os argumentos do verbo são os elementos a que este atribui uma função semântica. Deste modo, os verbos principais, também denominados plenos, constituem o núcleo semântico de uma oração. Importa ter em conta a estrutura argumental do verbo, ou seja, o número de argumentos que este exige. Segundo Duarte, o verbo pode na sua estrutura argumental surgir com zero argumentos, um argumento/unário, dois argumentos/binários e três argumentos/ternários, refletindo-se na estrutura sintática que assume na oração (2003: 185):

Os exemplos (9) ilustram frases com verbos de zero, um, dois e três argumentos, respectivamente:

- (9) (a) Hoje amanheceu às 5h43m.
- (b) [A Maria] gritou, porque teve um pesadelo.
- (c) [O Boavista] venceu [o campeonato] em 2001.
- (d) [O Pedro] emprestou [os apontamentos de Física] [ao João].

Para que uma frase seja considerada gramatical tem de respeitar a estrutura argumental do predicador, ter em conta as propriedades de seleção categorial que o verbo especifica para cada um dos seus argumentos e, por último, considerar o papel temático ou papel semântico que cada argumento selecionado pelo verbo tem. Para descrever a estrutura argumental do verbo, segundo Duarte, existe uma lista mínima de papéis temáticos, já acima referidos a propósito da conceção de André Eliseu: “Agente, Fonte, Experienciador, Locativo, Alvo e Tema” (2003: 187-190):

Agente é o papel temático do argumento que designa a entidade controladora, tipicamente humana, de uma situação.

Fonte é o papel temático do argumento que designa a entidade que está na origem de uma dada situação, embora sem a controlar.

Experienciador é o papel temático do argumento que designa a dada entidade que é sede psicológica ou física de uma dada propriedade ou relação.

Locativo é o papel temático do argumento que exprime a localização espacial de uma dada entidade.

Alvo é o papel temático do argumento que designa a entidade para a qual algo foi transferido, num sentido locativo ou não.

Tema é o papel temático do argumento que designa a entidade que muda de lugar, de posse ou de estado, em frases que descrevem situações dinâmicas. O argumento com este papel pode designar uma entidade criada pela actividade expressa pelo verbo ou afectada por tal actividade.

O papel de Tema pode também ser atribuído à entidade não controladora nem experienciadora de uma situação não dinâmica.

Apresentei atrás (ponto 4.) aspetos da classificação verbal proposta por Duarte. Pretendo agora refletir, de forma mais detalhada, sobre a presença e tipos de complementos selecionados pelo verbo, retomando para isso as subclasses então apresentadas. Poder-se-á assim classificar o verbo em:

(i) Ditransitivo: verbo de três lugares que seleciona um argumento externo e dois argumentos internos, um com a relação gramatical de CD e outro de CI:

29. Os filhos trouxeram flores à mãe.

Suj	Pred	_____
		CD CI

(ii) Transitivo de três lugares: verbo que seleciona um argumento externo, um argumento interno com a relação gramatical de CD e um argumento preposicional ou adverbial com a relação gramatical oblíqua:

30. O João afastou o colega com agressividade.

<u>Suj</u>		<u>Pred</u>		<u>COBLÍ</u>
		<u>CD</u>		

(iii) Transitivo: verbo que seleciona um argumento externo e um argumento interno com a relação gramatical de CD:

31. O João comeu a sopa.

<u>Suj</u>		<u>Pred</u>
		<u>CD</u>

(iv) Verbo de dois lugares com um argumento interno objeto indireto: seleciona um argumento externo e um argumento interno com a relação gramatical de CI:

32. O João telefonou à mãe.

<u>Suj</u>		<u>Pred</u>		<u>CI</u>
------------	--	-------------	--	-----------

(v) Verbo de dois lugares com um argumento interno oblíquo: seleciona um argumento externo e um argumento interno preposicional ou adverbial com uma relação gramatical oblíqua:

33. O João reside em Estremoz.

<u>Suj</u>		<u>Pred</u>		<u>COBLÍ</u>
------------	--	-------------	--	--------------

(vi) Transitivo-predicativo: verbo que seleciona um argumento externo e um argumento interno que é categorialmente uma oração pequena; o sujeito da oração pequena

38'''. Ele começou.

Suj

A variante inacusativa apresenta obrigatória ou opcionalmente o clítico dos reflexos–se:

39. O João vive a vida.

CD

39'. A vida vive-se.

Suj

(xi) Verbo de alternância locativa: seleciona um argumento com o papel temático de locativo:

40. O João carregou os livros no carrinho.

Locativo

40'. O João carregou o carrinho com/de livros.

Tema

41. O João limpou o sujo à estante.

Locativo

41'. O João limpou o sujo.

Tema

41''. O João limpou a estante.

Locativo

42. As formigas enchem os campos.

Tema

Locativo

42'. Os campos enchem com/de formigas.

Locativo

Tema

(xii) Verbo simétrico: pertence a diferentes subclasses e apresenta duas ou três variantes semanticamente equivalentes:

43. O João falou com a Maria.

Suj COBLÍ

43'. A Maria falou com o João.

Suj COBLÍ

43''. O João e a Maria falaram-(se) (um com o outro).

44. O João comunicou a notícia à Maria.

Suj CD COBLÍ

44'. A Maria comunicou a notícia ao João.

Suj CD COBLÍ

44''. O João e a Maria comunicaram a notícia.

Suj CD

45. O João mistura amizade com amor.

Suj CD COBLÍ

45'. O João mistura amor com amizade.

Suj CD COBLÍ

45''. O João mistura amizade e amor.

Suj CD

Quando o verbo seleciona semanticamente um argumento interno (uma oração pequena, cujo núcleo pode ser adjetival, nominal, preposicional ou adverbial), designa-se por copulativo:

46. O João é professor.

SU Pred
Pred Suj

É importante ter em consideração que o uso da língua se exerce em situações concretas e é, por isso, socialmente condicionado. Um dos aspetos que condiciona tanto o conteúdo e a forma dos enunciados quanto a interpretação atribuída ao mesmo é o tipo de situação em que os falantes se encontram. Em síntese, critérios sintáticos, semânticos e pragmáticos são utilizados de um modo exclusivo ou em complementaridade para indicar a classificação do verbo em função dos complementos e/ou modificadores que se este seleciona ou não na frase/enunciado. Retomo os exemplos apresentados no capítulo introdutório, nomeadamente as frases (1.) a (11.), para referir que um mesmo verbo pode ser classificado de diferentes formas de acordo com os complementos que seleciona, devido ao contexto em que está integrado, à sua natureza lexical e à sua sintaxe.

Nestes exemplos, o mesmo verbo surge como intransitivo e transitivo, facto que Bechara explica da seguinte forma (1999: 415):

Esta particularidade só é possível quando a extensão significativa do verbo aponta para um termo geral (arquilexema) que englobe a natureza de todos os signos léxicos que naturalmente apareceriam à direita do verbo:

Eles *bebem* pouco (algo líquido: *água, refrigerante, suco*, etc.).

O aluno não *escreveu* (um texto: *bilhete, carta, oração*, etc.).

E é justamente por isso que não se podem usar intransitivamente, a não ser que os entornos venham em socorro da perfeita compreensão da mensagem, predicados do tipo:

Ele ofereceu

Nós reparamos,

já que o signo lexical do complemento não pode ser preenchido por um signo léxico abrangente, um arquilexema.

Por outro lado, existem verbos que ao serem utilizados como transitivos e intransitivos adquirem significados diferentes: “podem adquirir especial matiz semântico” (Bechara 1999: 415), ou, como diz ainda este linguista noutro momento, “o emprego do verbo como transitivo (com ou sem preposição) ou intransitivo depende de sua significação” (1999: 572). Como nos exemplos:

47. O rapaz vê o filme.

Pred

CD

48. O rapaz não vê.

Pred

No exemplo (47.), o verbo “ver” é classificado como transitivo direto porque seleciona um CD, ao passo que, no exemplo (48.), o mesmo verbo é usado intransitivamente. Quanto à semântica das frases, o verbo “ver” está usado com o sentido de “o rapaz assiste ao filme”, em (47.), mas em (48.), “o rapaz é cego”. Bechara concluiu que a classificação entre verbos transitivos e intransitivos “não é absoluta, e mais pertence ao léxico do que à gramática”.

A entrada lexical do verbo manifesta as possíveis estruturas sintáticas em que este pode ocorrer. Tome-se ainda para exemplo, as três primeiras frases do capítulo introdutório, em que o verbo “cantar” surge em diferentes contextos frásicos; em (1.) seleciona um CD, em (2.) um CD e um CI e em (3.) não seleciona complemento(s). Também em (10.) e (11.) o verbo “andar” surge, ora como copulativo, ora intransitivo, apresentando esta diversidade de regência também a uma variação significativa do verbo.

Para Duarte, tal facto pode acontecer “Por ‘incorporação’ do objecto, um mecanismo lexical, o que significa que o objecto directo não chega a ser projectado na estrutura sintáctica” (2003: 412). É ao nível da entrada lexical que se suprime o argumento interno.

Segundo Mário Vilela, “a valência do predicado (verbo) indica quais os complementos e que espécie de complementos, esse predicado pode (ou deve) ter nas suas realizações frásicas”. A estrutura do GV com a função sintáctica de predicado está de acordo com as propriedades de seleção categorial e temática do verbo presente na frase/enunciado.

5. O Ensino do Português e o Dicionário Terminológico

O ensino da língua portuguesa exige uma educação linguística básica que passa pelo domínio do português padrão, pela aquisição de competências do modo oral, de leitura, de escrita e de conhecimentos gramaticais, pois, como afirma Otilia Costa e Sousa, “É na escola que aprendemos gramática” (2011: 114).

No programa de português para o ensino básico de 1991, o funcionamento da língua estava reduzido a uma mera transversalidade pelos diferentes domínios do ouvir/falar, ler e escrever e não estabelecia uma relação coerente entre o conhecimento implícito dos alunos e o papel da gramática. Todo o trabalho era orientado para a correção do erro em situação comunicativa; os conteúdos eram organizados em função dos contextos de uso e a operacionalização destes era feita em contexto funcional e lúdico.

Veja-se Costa *et al.* (2011: 7):

Os Programas de 1991 atribuem ao estudo da gramática – referido como “Funcionamento da Língua” - um lugar periférico, havendo recomendações explícitas para o seu estudo ser feito sempre em contexto. Este estatuto periférico era até evidente na própria organização do documento, que não reservava para a descrição gramatical conteúdos, mas apenas “níveis e processos de operacionalização”, ao contrário do que se fazia com as restantes competências.

Reitera-se que no PPEB, o CEL é apresentado como uma competência, em que os alunos observam, comparam e manipulam dados da língua para a descoberta de regularidades no funcionamento da mesma, sistematizando e explicitando essas regularidades, mobilizando conhecimentos adquiridos na compreensão e na produção de textos orais e escritos. Entende-se por esta competência (PPEB 2009: 16):

A reflectida capacidade para sistematizar unidades, regras e processos gramaticais do idioma, levando à identificação e à correção do erro; o *conhecimento explícito da língua* assenta na instrução formal e implica o desenvolvimento de processos metacognitivos.

O estudo do CEL é fundamental para o ensino do português, servindo de base à aquisição de novos conhecimentos e ao aprofundamento das aprendizagens adquiridas.

O PPEB (2009: 108) refere que:

Os conteúdos desta competência deverão ser encarados como alicerces indispensáveis ao aperfeiçoamento dos desempenhos nas outras competências e também como objecto de aprendizagem em si mesmo.

O PPEB considera o conhecimento explícito da língua como uma competência nuclear; centra o seu objetivo na consciencialização do conhecimento implícito e inconsciente dos alunos e o trabalho é orientado para a deteção de regularidades da língua, com recurso a situações de uso após sistematização dos dados das mesmas. Os conteúdos são organizados em função da mobilização e de etapas de desenvolvimento do conhecimento linguístico dos alunos. Costa *et al.* (2011: 6) considera que o ““Conhecimento Explícito da Língua” – é considerado uma competência essencial, a par das restantes competências e uma das áreas nucleares do currículo”. O PPEB apresenta o DT como um dos referenciais a ter em conta na aula de português. Os termos que o compõem são utilizados nos conteúdos relativos às diferentes competências, nomeadamente no que respeita ao CEL, seguindo de muito perto uma organização semelhante e tornando visível o “diálogo” desejado entre os dois documentos normativos em vigor.

O programa de português de nível secundário do ensino regular aponta o funcionamento da língua como uma competência autónoma que releva para as demais, levando ao desenvolvimento da capacidade discursiva dos alunos. Veja-se a noção de funcionamento da língua no atual programa de português de nível secundário como uma (2001: 26):

(...) componente [que] visa aliar a prática à reflexão sobre a estrutura e o funcionamento da língua, constituindo-se como condição indispensável para o aperfeiçoamento do uso da língua, uma vez que possibilitará a identificação de dificuldades e a consequente consciencialização das estruturas linguísticas a usar em determinados contextos.

O programa de português de nível secundário foi objeto de várias revisões, com base na necessidade de articulação entre os documentos orientadores do ensino da língua portuguesa; foi também atualizado de forma a melhorar o ensino da língua, contribuindo para a melhoria das aprendizagens dos alunos. Relativamente ao programa de português dos cursos profissionais de nível secundário, o funcionamento da língua é tido igualmente como uma competência em que (2004/05: 18):

O estudo reflexivo sobre a língua, iniciado nos ciclos anteriores e a desenvolver neste ciclo de ensino, apoiado numa metalinguagem instrumental, resultará na aquisição de uma consciência linguística e de um conhecimento metalinguístico (que desenvolverá, globalmente, as capacidades cognitivas ao nível do pensamento abstracto e facilitará a aprendizagem das línguas estrangeiras, em particular), que se constituirá em conhecimento declarativo e procedimental, necessário à aprendizagem e aquisição de outras competências e saberes e ao exercício das actividades comunicativas que fazem parte da vida.

Embora a competência Funcionamento da Língua apareça como conteúdo autónomo, ela subjaz a todas as outras e nelas se inscreve, visando o desenvolvimento da capacidade discursiva.

Reitero a ideia de que quando o aluno chega à escola revela um conhecimento implícito das regras gramaticais da sua língua materna, pelo que, o estudo do CEL enquanto exercício de observação, de aperfeiçoamento dos discursos e de estruturação de conhecimentos linguísticos permite regular e consolidar progressivamente a expressão e compreensão oral e escrita, de modo a que os alunos se sirvam dos seus erros e inadequações para a descoberta de regularidades e irregularidades da língua, colocando-se a gramática ao serviço da linguagem e não o contrário. No programa da disciplina de português, os processos e níveis de operacionalização apresentam-se conforme o nível de ensino em que os alunos se encontram, verificando-se uma gradação na complexidade do conteúdo gramatical em estudo; neste caso concreto, o predicado e a sua estrutura interna.

Como já referido, o verbo principal integra-se em diferentes subclasses em função da presença/ausência do CD, CI, COBLÍ, Pred do Suj, Pred do CD, classificando-se como: transitivo direto, indireto, direto e indireto, intransitivo, copulativo e transitivo-predicativo de acordo com os complementos seleccionados ou não pelo verbo (cf. 3.2.). Procurei que os alunos trabalhassem os dados da língua, refletissem sobre o predicado e as suas funções sintáticas internas, retirando conclusões sobre a sua identificação, constituição, funcionamento e classificação em diferentes frases/enunciados, melhorando os seus desempenhos linguísticos.

Neste contexto, o DT apresenta-se como uma ferramenta eletrónica cuja função é regular a terminologia gramatical e uniformizar a associação entre os termos gramaticais / linguísticos e os respetivos conceitos, a usar na descrição e análise dos diferentes aspetos do funcionamento do sistema linguístico. Como refere Duarte, é fundamental que os alunos dos diferentes ciclos de ensino e professores de português utilizem os mesmos termos gramaticais com exatidão: “O domínio comum de um conjunto de termos que designam sem ambiguidade determinados conceitos é indispensável em qualquer área do saber” (2008: 18).

Pretende responder a lacunas existentes no sistema educativo, há muito sentidas pelos professores, nomeadamente, a desatualização da Nomenclatura Gramatical Portuguesa de 1967 e a deriva terminológica presente, quer em materiais didáticos, quer em documentos orientadores do ensino da língua portuguesa. Deve ser entendido como um documento de consulta e uma ferramenta de auxílio ao ensino da gramática e ao estudo dos diferentes tipos de textos, excluída a ideia de se tratar de uma “gramática nova”, ou uma lista de conteúdos programáticos. Para além disso, os conteúdos respeitantes ao ensino da gramática são determinados pelo Programa de Português para os diferentes ciclos de ensino, pelo que o DT não apresenta uma distribuição dos termos por anos de escolaridade ou ciclos de ensino.

É imprescindível conhecer-se a estrutura organizativa do DT, as relações estabelecidas com o Programa da área curricular de Português, bem como as alterações existentes face às abordagens tradicionais. Este apresenta-se estruturado em cinco domínios, organizando-se em subdomínios, dentro dos quais os termos se encontram organizados hierarquicamente. A título de exemplo:

A. Língua, comunidade linguística, variação e mudança

- A.1. Língua e comunidade linguística
- A.2. Variação e normalização linguística
- A.3. Contacto de línguas
- A.4. Mudança linguística

B. Linguística descritiva

- B.1. Fonética e Fonologia
- B.2. Morfologia
- B.3. Classes de palavras
- B.4. Sintaxe
- B.5. Lexicologia
- B.6. Semântica

C. Análise do discurso, retórica, pragmática e linguística textual

- C.1. Análise do discurso e áreas disciplinares correlatas

D. Lexicografia

- D.1. Obras lexicográficas
- D.2. Informação lexicográfica

E. Representação Gráfica

- E.1. Grafia

- E.2. Pontuação e sinais auxiliares de escrita
- E.3. Configuração gráfica
- E.4. Convenções e regras para a representação gráfica
- E.5. Relações entre palavras escritas e entre grafia e fonia

A investigação linguística dos últimos anos veio revelar alguma desadequação na análise de certos aspetos do CEL, pelo que as alterações introduzidas pelo DT face às abordagens escolares tradicionais pretendem colmatar estas lacunas. O presente trabalho debruça-se sobre o estudo dos termos incluídos no domínio B (linguística descritiva) e no subdomínio B.4. (sintaxe), nomeadamente o predicado e as suas funções sintáticas internas. Os termos aqui contidos relevam para a análise e descrição do sistema linguístico, implicando a prática letiva. A adoção do DT é uma medida de política da língua para uniformizar os termos linguísticos em todo o percurso escolar do aluno, do 1º ciclo ao ensino secundário, para designar as mesmos conceitos e problemas relacionados com o funcionamento da língua.

Inês Duarte aborda o desenvolvimento da consciência linguística pelo método científico e treino do pensamento analítico, enumerando as várias etapas do pensamento científico adaptado ao ensino/aprendizagem do CEL: apresentar o problema, observar os dados, formular, testar e validar as hipóteses, exercitá-las e avaliar a aprendizagem efetuada (2008: 18-19). Esta metodologia implica que o aluno tenha um papel ativo na aprendizagem, adote uma perspetiva reflexiva e consciente da língua, aposte na compreensão dos fenómenos linguísticos, sem invalidar a necessária memorização que surgirá naturalmente, após a criação de automatismos e realização de outras tarefas no âmbito da leitura e da escrita. O professor torna-se o organizador e mediador entre o aluno e os conhecimentos que deve adquirir. Para Duarte (2008: 16):

Tomar consciência daquilo que sabemos sobre a nossa língua, transformar (aspectos d) o nosso conhecimento intuitivo num conhecimento reflexivo, objetivo, estruturado, constitui um enriquecimento intelectual de nenhuma criança ou jovem deve ser privado.

Deste modo, tendo presente a noção de predicado, a sua constituição e classificação, promovi diferentes exercícios/atividades que contribuíram para aprofundar e desenvolver as aprendizagens dos alunos em contexto escolar.

5.1. Importância do Dicionário Terminológico e do Programa de Português na Identificação e Classificação do Predicado/GV e seus Constituintes

A gramática, portadora de propriedades específicas, explicita um conjunto de regras e princípios que estruturam a nossa língua, permitindo o seu funcionamento, fazendo parte do saber linguístico dos falantes que a utilizam nos diferentes processos de comunicação. Atualmente, as orientações programáticas da disciplina de português dos diferentes ciclos de ensino promovem a realização de atividades de descoberta e explicitação sobre a identificação e classificação dos constituintes do GV, que implicam a configuração de um mapa de conceitos coerentes baseados na reflexão e na procura de regularidades existentes na língua. Reitera-se que o verbo desempenha um papel essencial na frase, funcionando com núcleo do GV (cf. 2.1.).

O DT *online*, desde 2008, no site do Ministério da Educação e Ciência, após suspensão, discussão e revisão da Terminologia Linguística para o Ensino Básico e Secundário, orienta de forma rigorosa os alunos para a identificação e classificação do predicado e sua estrutura interna. Este instrumento de trabalho ao propor definições rigorosas, convida à descoberta, reflexão, explicitação e sistematização de regras, levando os alunos a compreenderem o conceito de predicado, os constituintes que o englobam, a identificação do tipo de predicado e a sua classificação. Os alunos têm um papel ativo na descoberta do conhecimento sob orientação constante e rigorosa do professor, permitindo-lhes analisar o mesmo fenómeno linguístico ao longo do seu percurso escolar de acordo com a sua maturidade e os conhecimentos já adquiridos sobre a língua. Neste documento, o verbo classifica-se como principal, auxiliar, regular, irregular e defetivo. Considera-se também a existência de verbos de significação definida e de significação indefinida, verbos transitivos e intransitivos, orações sem predicado (oração nominal e frase nominal). O predicado classifica-se como nominal, verbal ou verbo-nominal e é tido por um dos elementos fundamentais da oração. O tipo de verbo (significativo, copulativo e transitivo-predicativo) determina a seleção dos constituintes que integram o GV com a função sintática de predicado.

As necessidades e interesses dos alunos são tomados como ponto de partida para o ensino dos conhecimentos do CEL, no ensino básico, e do funcionamento da língua, no

ensino secundário. O conhecimento interiorizado que os alunos têm dos recursos gramaticais da língua e a capacidade para os compreender e utilizar é fundamental para a suas experiências de aprendizagem, em sala de aula.

Conforme se refere no PPEB (2009: 5):

O ensino do Português desenrola-se hoje num cenário que apresenta diferenças substanciais, relativamente ao início dos anos 90 do século passado. Exemplo flagrante disso: a projecção, no processo de aprendizagem do idioma, das ferramentas e das linguagens facultadas pelas chamadas tecnologias da informação e comunicação, associadas a procedimentos de escrita e de leitura de textos electrónicos e à disseminação da Internet e das comunicações em rede.

Neste contexto, tornar as aprendizagens significativas para os alunos, ampliando a sua consciência linguística de modo a transformar progressivamente o conhecimento implícito em explícito é fundamental para o seu sucesso educativo. Na construção de uma sociedade do conhecimento, os alunos têm que ter uma formação de base muito sólida e estar preparados para transformar a informação em conhecimento. Uma das principais formas de o fazer é através do que ouvimos, lemos e estudamos na escola, contribuindo o estudo do CEL, onde se integra o predicado e as suas funções sintáticas internas para um melhor domínio linguístico, que é reinvestido na melhoria dos desempenhos das outras competências de forma a potenciar a aprendizagem.

Neste sentido, o PPEB apresenta uma progressão coerente e sequenciada entre ciclos, sem anualização pré-determinada, deixando à escola a possibilidade de tomar as suas opções em função do seu contexto, permitindo a articulação com o ensino secundário regular e profissional.

Ao refletirem sobre aspetos do sistema linguístico e do seu funcionamento, os alunos têm a possibilidade de regular e aperfeiçoar os seus desempenhos, conforme se encontra no PPEB (2009: 150):

O trabalho que visa o *conhecimento explícito da língua* implica uma atenção especial à compreensão dos mecanismos da língua. Este ciclo envolve duas vertentes essenciais: o conhecimento sobre os factos da língua associado ao domínio da terminologia que os designa e a sua mobilização em situações de uso, ou seja, o investimento na melhoria das restantes competências. Pretende-se, deste modo, assegurar que o aluno, sendo possuidor de um conhecimento intuitivo e implícito da língua, sedimentado no treino e no confronto com novos padrões, vá progressivamente, mediante uma reflexão sistemática, aprofundando a consciência desse saber, moldada por categorias e por termos que lhe permitam explicitá-lo e sistematizá-lo, no plano gramatical e no plano textual. Importa frisar que esse trabalho de explicitação não deve ser associado a um ensino baseado em definições.

O programa de português do ensino secundário pretende que os alunos desenvolvam competências no âmbito do funcionamento da língua e desenvolvam capacidades de comunicação. Conforme se ilustra no mesmo (2001: 3):

Assim, a aula de língua materna deve desenvolver mecanismos cognitivos essenciais ao conhecimento explícito da língua, bem como incentivar uma comunicação oral e escrita eficaz, preparando a inserção plena do aluno na vida social e profissional, promovendo a educação para a cidadania, contribuindo para a formação de um bom utilizador da língua, habilitando-o a ser um comunicador com sucesso e um conhecedor do seu modo de funcionamento, sujeito que se estrutura, que constrói a sua identidade através da linguagem para poder agir com e sobre os outros, interagindo.

Também o programa de português do ensino profissional secundário pretende que os alunos aprofundem competências sobre o funcionamento da nossa língua. Veja-se a seguinte passagem (2004/05: 3):

(...) Visando o desenvolvimento e o treino de usos competentes da língua, concede-se particular importância à reflexão sobre a sua estrutura e funcionamento, proporcionando a aprendizagem e a sistematização de conhecimentos e o desenvolvimento de uma consciência metalinguística.

Este programa valoriza o exercício do pensamento reflexivo pela importância de que se reveste no desenvolvimento de valores, capacidades e competências.

A implementação do programa de português do ensino secundário em 2001, o programa de português do ensino profissional secundário, no ano letivo 2004/05, o PPEB em 2009 e a recente homologação das metas curriculares de português pretendem melhorar as aprendizagens efetuadas pelos alunos, tornando-os cidadãos empreendedores e utilizadores mais conscientes do uso que fazem da língua, capazes de emitir juízos de valores, dotados de capacidade crítica, contribuindo para a sua formação global e multidimensional. As exigências dos novos tempos, às quais as orientações programáticas pretendem dar resposta rigorosa, solicitam permanente atualização. Neste contexto, o ensino da gramática permite um melhor conhecimento da língua, o seu uso facilitado e uma apropriação mais fácil do saber, recorrendo a uma metodologia científica (cf. Duarte 2008: 19-20). É essencial o treino e o reinvestimento dos conhecimentos adquiridos.

Segundo Vilela (1993: 144):

A gramática dá ao estudante a capacidade de agir linguisticamente, comunicar, de analisar textos e suas normas, sensibilizando o aluno para a língua como meio de vida e de actuação.

As situações criadas na aula aproximaram-se o mais possível da realidade, exigindo um desempenho dos alunos direcionado para o contexto em que estão integrados, utilizando diferentes ferramentas ao seu dispor e respeitando o programa da disciplina com o objetivo de identificar e classificar o predicado/GV com clareza e rigor, compreendendo a sua importância enquanto falantes e “aprendizes” da Língua Portuguesa.

5.2. Contributo do Dicionário Terminológico para a Identificação/Classificação das Funções Sintáticas Inerentes ao Predicado

A disciplina de português ocupa um papel nuclear no ensino básico e secundário, segundo Leal (2012: 9):

Sendo a língua um sistema semiótico estruturador do modo como cada um de nós se relaciona como mundo, com os outros e consigo próprio, entende-se a enorme sensibilidade política, social e, evidentemente, educativa dos modos como se projeta e pratica o ensino do Português.

É fundamental a forma como se abordam as questões gramaticais e o recurso ao DT permite uma aprendizagem mais eficaz dos fenómenos linguísticos em estudo, tendo a escola um papel decisivo no alargamento do conhecimento intuitivo da língua, tornando os alunos falantes com algum grau de proficiência. Na medida em que estes conhecem as regras de gramática, não tendo, por vezes, consciência desse conhecimento implícito, a aula de português pretende explicitá-lo.

Na generalidade, os alunos revelam dúvidas em resolver problemas e exercícios que envolvem o conhecimento da gramática, tal como em realizar tarefas que convocam à explicitação do seu conhecimento, pelo que o DT contribui decisivamente para esse conhecimento rigoroso dos termos a utilizar na análise dos dados da língua, na identificação e classificação do verbo, elemento essencial à estrutura da frase/enunciado. A reflexão e o treino facilitam a identificação e classificação das funções sintáticas internas ao predicado, promovendo a compreensão do funcionamento dos discursos e o aperfeiçoamento da expressão pessoal. As atividades de identificação, classificação e formulação de regras que envolvem o recurso a termos gramaticais implicam que se saiba exatamente de que unidade, propriedade ou regra se está a falar quando se recorre a um determinado termo.

Consciente que há aspetos da língua que não decorrem de uma aquisição espontânea, orientei o ensino da gramática, investindo em descrições adequadas do português, capitalizando as regularidades existentes na língua relativas ao fenómeno em estudo, de acordo com o grau de desenvolvimento linguístico dos alunos do 3º ciclo, ensino secundário regular e profissional. Investi na renovação de metodologias, no acompanhamento dos

avanços da área dos estudos linguísticos, de modo a que os alunos recolhessem, analisassem, formulassem regras, treinassem e compreendessem o fenómeno em estudo. Analisar aspetos do funcionamento da nossa língua, com recurso a dados concretos, refletindo sobre as diferentes possibilidades de combinação do verbo e dos seus constituintes, identificar as diferentes funções sintáticas que integram o predicado, são aspetos que contribuem decisivamente para o desenvolvimento de capacidades e competências dos alunos.

Descobrir a norma e os seus desvios permite aos alunos falar com propriedade, compreender porque utilizam determinado verbo em alguns contextos e noutros não, recorrer a diferentes usos do mesmo verbo, ou ainda utilizar verbos diferentes no mesmo contexto. A reflexão em torno da análise do funcionamento da língua, com recurso ao DT, é ainda essencial para que os alunos aprendam outras línguas, sendo cada vez mais competentes ao nível linguístico, quer na sua língua materna, quer em línguas estrangeiras.

No 1º Ciclo, o aluno identifica o verbo e os elementos essenciais da oração, sujeito e predicado. Nos ciclos seguintes, aprofunda esses conhecimentos adquiridos sobre a estrutura da frase, os elementos que a compõem, nomeadamente a constituição, a classificação dos verbos em função dos complementos selecionados ou não, tendo em conta as funções sintáticas internas ao predicado.

O desenvolvimento da competência do CEL depende de aprendizagens formais e é um processo que acompanha a escolaridade básica e o ensino secundário, podendo alcançar níveis superiores de mestria ao longo da vida académica e profissional. Ora ensinar a pensar, tornando os alunos informados e observadores dos dados da língua, descrevendo, analisando e compreendendo os diferentes fenómenos linguísticos, sistematizando regras e princípios de funcionamento da língua, utilizando os mesmos termos para designar as diferentes realidades linguísticas facilita as aprendizagens e promove o sucesso escolar.

6. Considerações Finais

O **VERBO** desempenha um papel central na conversação entre os falantes da língua, sendo que a comunicação verbal não se faz, geralmente, com palavras isoladas, desligadas umas das outras e do contexto em que são produzidas. Deste modo, o presente trabalho estuda o comportamento do verbo no contexto frásico, promovendo a reflexão sobre o tipo de predicados e as funções sintáticas internas ao predicado.

Apresentei a distribuição do GV (nomeadamente, Verbo(s) e/ou modificadores, Verbo(s) + Complemento(s) e ou modificador(es), Verbo(s) + Pred Suj e/ou modificador(es), Verbo(s) + CD + Pred do CD e/ou modificador(es)), identifiquei e classifiquei as funções sintáticas internas ao predicado, sendo que o verbo seleciona argumento(s) interno(s) que podem ser complemento(s), predicativo do sujeito ou de CD e/ou modificador(es), consoante as propriedades dos núcleos dos GN, GV, GADJ, GADV e GP que o integram. As funções sintáticas internas são atribuídas em função da posição estrutural em que ocorrem e tendo em conta as propriedades semânticas e pragmáticas dos enunciados produzidos pelos falantes.

O predicado classifica-se como: **verbal** (verbo significativo e/ou complemento(s) e/ou modificador(es)), **nominal** (verbo copulativo + Pred Suj), podendo selecionar modificado(res), e **verbo-nominal** (verbo transitivo-predicativo + CD + Pred CD) pode ainda selecionar modificador(es). Esta classificação não pode ser tomada de forma apriorística, ou seja, como um dado adquirido; no entanto, é fundamental como paradigma de orientação. Ela é de natureza sintática e depende dos usos dos falantes. Pretendeu-se, neste estudo, descrever diferentes usos de alguns verbos, de forma tão pormenorizada quanto possível, procurando que esta descrição fosse representativa dos dados da nossa língua. Ao longo do seu percurso escolar, os alunos sempre revelaram muitas dificuldades na análise do comportamento sintático do verbo na frase, na identificação e classificação do predicado, bem como na classificação de alguns verbos com usos diferentes em diversas frases produzidas pelos falantes.

A análise formal do verbo como núcleo da frase, no desempenho da sua função predicativa, os tipos de predicado, a sua diferente constituição abriram caminho para compreender, explicar e descrever de modo mais aprofundado os vários aspetos gramaticais envolvidos na sua composição.

No quarto capítulo, demonstrou-se que o verbo desempenha a função sintática de predicado, é um segmento nuclear e obrigatório, pois não existe frase sem verbo/predicado, como em 2.1. (exemplos (5.) a (12.)): seja explícito ou implícito, este núcleo verbal não depende de nenhum outro constituinte da frase.

Propus uma hipótese explicativa sobre a constituição do predicado e sua classificação, bem como das funções sintáticas internas. Para efetivar esta proposta foram tidos em conta diferentes exemplos em que o verbo poderia ser classificado como transitivo direto, transitivo indireto, transitivo direto e indireto, intransitivo, copulativo e transitivo-predicativo, pretendendo descrever e interpretar este fenómeno linguístico, encontrando regularidades na língua portuguesa: confrontem-se os exemplos (1.) a (13.) do capítulo 1., ou os verbos “correr” e “comer” em 2.3. (exemplos (24.) a (27.)), e ainda 2.4. (exemplos (41.) e (42.)), que manifestam diferentes usos de acordo com os constituintes que selecionam em cada exemplo. O contexto dentro do qual a comunicação é efetivada influi na compreensão do enunciado emitido; é pertinente estudar o contexto concreto de uso de determinados verbos em diferentes estruturas frásicas. Centrar a aprendizagem da língua na promoção do estudo das relações entre a linguagem verbal e os seus contextos de uso é essencial para o sucesso dos alunos enquanto falantes que desejam aperfeiçoar a sua oralidade, leitura, escrita e conhecimento explícito da língua. Pelo que, os conhecimentos pragmáticos dos alunos permitem que uma frase seja enunciada e interpretada de uma determinada forma. Veja-se Lima (2006: 32):

Este tipo de conhecimento não é semântico, não tem a ver com a língua usada na enunciação, mas sim um conhecimento sobre o mundo, sobre o contexto da enunciação.

Para desenvolver a capacidade discursiva dos alunos não foi imposto um conjunto de comportamentos linguísticos, de regras independentes e ensináveis isoladamente, mas foi incentivado o conhecimento implícito das regras gramaticais da nossa língua. Ficou de fora do escopo deste trabalho a morfologia verbal (flexão, modo, tempo, voz). Pretendeu-se fazer um estudo da sintaxe do verbo com um propósito didático, utilizando uma bibliografia prática, um trabalho pedagógico que partiu da minha experiência profissional, enquanto professora. Tendo conhecimento de que existe uma bibliografia muito extensa sobre o verbo, o que me interessou, nesta dissertação, foi a perspectiva pragmática do estudo do verbo fundamental para o exercício da minha atividade profissional e pedagógica.

O propósito didático desta dissertação permite responder a preocupações pedagógicas, contribuindo para um melhor desempenho linguístico dos alunos, no que se refere ao comportamento sintático do verbo na frase e aos seus usos, enquanto falantes em contexto de comunicação.

Como referido *supra*, tomei como referência o quadro teórico da gramática descritiva e recorri à terminologia linguística proposta no DT, o que implicou o uso de conceitos rigorosos, capazes de explicitar o conhecimento implícito dos alunos relativamente à identificação, constituição e classificação do verbo/GV/predicado e suas funções sintáticas internas, partindo da observação de dados da língua.

Assim sendo, por meio das análises, considerações, reflexões e conclusões tiradas, foi possível compreender, explicar e descrever o papel do verbo na frase, entender o predicado, elemento essencial, bem como os constituintes que o integram e compreender a sua classificação de acordo com o(s) argumento(s) selecionado(s).

Este estudo, para o ensino do CEL/funcionamento da língua, é importante porque evidencia o conhecimento interiorizado que os alunos têm das frases/enunciados que utilizam como falantes, o conhecimento que têm do verbo e das suas subclasses, e ainda o conhecimento das diferentes combinações que os constituintes do GV podem apresentar, bem como dos diferentes contextos em que determinado verbo pode surgir.

Um conhecimento aprofundado da sintaxe do verbo é fundamental para o bom domínio da língua e para a capacidade de pensar. A aprendizagem revela-se como um processo de apropriação dos saberes que se interrelacionam com os conhecimentos adquiridos, num processo complexo de construção e reconstrução, tornando-se fundamental ensinar como fazer, como melhorar e progredir.

Ser proficiente na nossa língua materna, possuindo um saber qualificado acerca da estrutura e do funcionamento do **VERBO** na frase, contribui decisivamente para o sucesso educativo dos nossos jovens

Segundo Maria José Ferraz (2007: 24-25):

É preciso mostrar que se aprende para **resolver problemas** dando assim sentido ao que se aprende.

(...) Ensinar e aprender são práticas que implicam diálogo, compete à escola **dar a palavra** aos alunos.

Diante dos dados obtidos, penso que o trabalho realizado traz algumas contribuições para a explicitação do conceito de verbo, predicado e função sintática. O DT foi um auxiliar precioso para o uso rigoroso dos diferentes conceitos que foram trabalhados.

7. Referências Bibliográficas

- AMORIM, Clara e SOUSA, Catarina. 2006. *Gramática da Língua Portuguesa*. Maia: Areal Editores.
- BARBOSA, Jorge Morais. 1989. “Contribuição para o Estudo do Sistema Verbal Português: «Tempos Simples» e «Tempos Compostos»”. *Biblos*. Vol. LXV. Coimbra: Universidade de Coimbra, pp.221-228.
- _____. 1998. “Le Système Verbal Portugais”. In Fernand Bentolila (dir.) *Systèmes Verbaux*. Louvain: Bibliothèque des Cahiers de L’ Institut de Linguistique, pp.71-86.
- BARROS, João de. 1971. *Gramática da Língua Portuguesa*. reprodução facsimilada, leitura, introdução e anotações por Maria Leonor Carvalhão Buescu. Publicações da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa [1ª ed. 1540].
- BECHARA, Evanildo. 1999. *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucena.
- BUSSE, Winfried (coord.). 1994. *Dicionário Sintático de Verbos Portugueses*. Coimbra: Almedina.
- CAMPOS, Maria Henriqueta Costa e XAVIER, Maria Francisca (coord.) 1991. *Sintaxe e Semântica do Português*. Lisboa: Universidade Aberta.
- CASANOVA, Isabel. 2009. *Dicionário Terminológico: compreender a TLEBS*. Lisboa: Editora Plátano.
- CINTRA, L. & CUNHA, C.1984. *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.
- COSTA, João et al. 2011. *Guião de Implementação do Programa de Português do Ensino Básico-Conhecimento Explícito da Língua*. Lisboa: Ministério da Educação/DGIDC.
- DELGADO-MARTINS, M^a Raquel & DUARTE, Inês. 1993. “Brincar com a linguagem, conhecer a língua, fazer gramática”. In Fátima Sequeira (org.). *Linguagem e Desenvolvimento*. Braga: Universidade do Minho, pp. 9-16.
- Dicionário Terminológico*, 2008 (consulta em linha, <http://dt.dgicd.min-edu.pt/>, set. 2012)
- Dicionário de Verbos Portugueses*, 2011. Porto: Porto Editora.
- Dicionário Verbo da Língua Portuguesa*, 2008. Lisboa: Editorial Verbo.
- ELISEU, André. 2008. *Sintaxe do Português*. Lisboa: Caminho.
- DUARTE, Inês. 2000. *Língua Portuguesa Instrumentos de Análise*. Lisboa: Universidade Aberta.
- DUARTE, Inês. e BRITO, Ana Maria. 2003. “Predicação e classes de predicadores verbais”. In *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 179-203.
- DUARTE, Inês. 2003. “Relações gramaticais, esquemas relacionais e ordem de palavras”. In *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, pp. 275-321.
- _____. 2008. *O Conhecimento da Língua: desenvolver a Consciência Linguística*. Lisboa: Ministério da Educação.
- FERRAZ, Maria José. 2007. *Ensino da Língua Materna*. Lisboa: Caminho.
- FONSECA, Fernanda Irene.1994. “Gramática e pragmática: alguns aspectos do uso do conjuntivo perspectivados no quadro do ensino do Português como língua estrangeira”. In *Gramática e Pragmática Estudos de linguística Geral e de Linguística Aplicada ao Ensino do Português*. Porto: Porto Editora, pp. 133-145.

- FONSECA, Joaquim. 1993. “Predicação do complemento direto em português”. In *Estudos de Sintaxe-Semântica e Pragmática*. Porto: Porto Editora, pp. 33-62.
- FONSECA, Maria do Céu Brás da. 2012. *Relatório de unidade curricular para provas de agregação*. Universidade de Évora. (Não publicado)
- LEAL, Susana Mira. 2012. *O Português no Ensino Secundário. Transformações, Tensões e Dinâmicas de Apropriação e Recontextualização Curricular*. Porto: Porto Editora.
- LIMA, José Pinto de. 2006. *Pragmática Linguística*. Lisboa: Caminho.
- MATOS, João Carlos. 2010. *Gramática Moderna da Língua Portuguesa*. Lisboa: Escolar Editora.
- MARÇALO, Maria João Broa Martins. 2004. “Funções sintáticas e classes: Teoria e problemas”. In *As línguas no Dealbar do Século XXI*. Braga: APPACDM, pp. 209-215.
- MARÇALO, Maria João Broa Martins. 2009. *Fundamento para uma Gramática de Funções Aplicada ao Português*. Évora: Centro de Estudos em Letras.
- MARRAFA, Palmira. 1985. *A Construção Transitiva - Predicativa em Português*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.
- MARTINS, Maria Raquel Delgado *et al.* 1992. *Para a Didática do Português*. Lisboa: Colibri.
- MARTINS, Maria Raquel Delgado *et al.* 1995. *Formar Professores de Português, Hoje*. Lisboa: Colibri.
- MATEUS, M. H., BRITO, Ana Maria, DUARTE, Inês, FARIA, Isabel Hub. 2003. *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- MATEUS, M. H. *et al.* 2006. *O Essencial sobre a Linguística*. Lisboa: Caminho.
- MATEUS, M. H. 2009. “Uma política de língua para o Português”. In *Atas - XXV Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*. Lisboa: Universidade de Lisboa, pp. 73-78.
- Metas Curriculares do Ensino Básico*, Ministério da Educação/DGIDC, 2012.
- MORAES, M. 1976. “Verbo”. In *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*. Volume 18°. Lisboa: Editorial Verbo, pp. 893-902.
- NASCIMENTO, Zacarias Santos e LOPES, Maria do Céu Vieira. 2011. *Domínios-Gramática da Língua Portuguesa 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário*. Lisboa: Plátano Editora.
- REIS, Carlos (org.) 2008. *Atas-Conferência Internacional sobre o Ensino do Português*. Lisboa: ME_DGIDC.
- SILVA, Ana A. L. V. 2009. *Estatuto Sintático dos «Advérbios»: Função e Classe*. Évora: Centro de Estudos em Letras.
- SIM-SIM, I. *et al.* 1997. *A Língua Materna na Educação Básica*. Lisboa: Colibri.
- SOUSA, Otilia Costa e. 2011². “Do trabalho de texto à reflexão linguística”. In SOUSA, Otilia Costa e, CARDOSO, Adriana (eds.). *Desenvolver competências em Língua. Percursos Didáticos*. Lisboa: Colibri/CIED, pp. 111-143.
- VILELA, Mário. 1992. *Gramática de Valências: Teoria e Aplicação*. Coimbra: Almedina.
- _____. 1993. “O ensino da gramática na escola: que saída e que justificações?”. *Diacrítica*, nº 8, Universidade do Minho, pp. 143-166.
- _____. 1999. *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.

8. Referências Normativas

- Currículo Nacional do Ensino Básico. 2001. Competências Essenciais. Lisboa: Ministério da Educação: Departamento da Educação Básica.
- Portaria n° 1488/2004 in (<http://aege.pt/Legislao/Portaria>), consulta em nov. 2012.
- Portaria n° 1147/2005 in (<http://www.dre.pt/pdf1s/2005/11/214B00/64556455.pdf>), consulta em nov. 2012.
- Portaria n° 22664/1967 in (<http://www.dre.pt/pdf1s/1967/04/10100/08210827.pdf>), consulta em dez. 2012.
- Portaria n° 476/2007 in (<http://dre.pt/pdf1sdip/2007/04/07600/24672468.pdf>), consulta em nov. 2012.
- Programas de Português do Ensino Básico (PPEB). 2009. Lisboa: Ministério da Educação/DGIDC.
- Programa de Português dos Cursos Profissionais. 2004. Lisboa: Ministério da Educação/DGIDC.
- Programa de Português do Ensino Secundário. 2001. Lisboa: Ministério da Educação/DGIDC.
- Relatório da Revisão da Terminologia Linguística para os Ensinos Básico e Secundário. 2008. Lisboa: Ministério da Educação/DGIDC.